



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 02/2023
1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

A T A nº 02/2023

Aos dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal do Seixal, na sua **1ª sessão Ordinária de 2023**, nas instalações dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, presidida por Alfredo José Monteiro da Costa e secretariada pelo 1º Secretário, Américo Augusto de Oliveira da Costa, e pela 2ª secretária, Vanda Patrícia Machado Correia Carvalho, com a seguinte Ordem de Trabalhos, divulgada pelo edital nº 05/2023, de 9 de fevereiro.

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

III.1. Ata nº 10/2022 – 6ª Sessão Extraordinária, de 13 de dezembro de 2022. **Aprovação.**

III.2. Ata nº 11/2022 – 5ª Sessão Ordinária, de 15 de dezembro de 2022. **Aprovação.**

III.3. Informação sobre requerimentos de eleitos da Assembleia Municipal.

III.4. Informação sobre o trabalho em curso das Comissões da Assembleia Municipal.

III.5. Apreciação de informação da Câmara, sobre a atividade desta, nos termos e para efeitos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III.6. Apreciação de informação do Presidente da Câmara, sobre a atividade do município e situação financeira do mesmo, nos termos e para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III.7. Mapa de “Demonstração do Desempenho Orçamental” referente ao exercício de 2022. **Aprovação.**

III.8. 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022. **Aprovação.**

III.9. “Vale de Chícharos”, freguesia de Amora – Resolução do “Acordo de Colaboração” celebrado com a Urbangol Limited em 26 de abril de 2004 – Revogação do Plano de Pormenor de Vale de Chícharos publicado na 2ª série do Diário da República nº 65, de 2 de abril de 2009 – **Aprovação.**

III.10. Mapa de pessoal. 2ª alteração. **Aprovação.**

III.11. Proposta de prorrogação do prazo para assunção da descentralização de competências no domínio da área social do Município do Seixal para o dia 3.04.2023, conforme Acordo Setorial de Compromisso entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). **Aprovação.**

III.12. Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Seixal e a União de Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires. **Aprovação de minuta.**



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

III.13. Delegação contratual de competências nas Juntas de Freguesia. Reforço dos meios financeiros do contrato interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de Fernão Ferro. **Aprovação.**

III.14. Transferência de competências e de recursos do Município do Seixal para a Junta de Freguesia de Corroios. Reforço financeiro. Alteração à deliberação nº 58/2022-CMS, de 16 de fevereiro. **Aprovação de minuta do auto de transferência.**

III.15. Delegação de Competências do Município do Seixal para os Agrupamentos de Escolas/ Escolas Não Agrupadas. Novos cabimentos. **Aprovação.**

III.16. Minuta de Ata. Aprovação.

Estiveram presentes, para além dos membros da Mesa:

Da CDU: Armando da Costa Farias, Carlos Alberto de Sousa Pereira, Fernando Júlio da Silva e Sousa, Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, Manuel António Rosado Janeiro, Manuel Francisco Guerreiro, Maria João Fortes de Matos Louro, Maria Manuela Palmeiro Calado, Maria Odete Jesus Filipe e Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa.

Do PS: Ana Maria Ferreira Jorge, Anabela da Conceição Gomes, Diamantino dos Santos Moreira, Fátima Aidil Soares de Carvalho, Isabel da Conceição Abreu Rebouta Antas, João Diogo Fernandes Leal; Joaquim Gomes Carvalho Cabral, Rui Miguel Santos Brás, Samuel Pedro da Silva Cruz, Sérgio Miguel Carreiro Ramalhete e Tomás Baptista Costa dos Santos.

Do PSD: David Miguel Martins, Maria Luísa Marques da Gama e Rui Miguel Lança Belchior Pereira.

Do BE: Joana Alexandra Ferreira Ideias e Mário André Pinheiro de Magalhães Macedo.

Do CH: Nuno Emanuel Monteiro Capucha.

Independente: Henrique Martins Rodrigues.

Independente: Soraia Raquel Pereira da Silva Rosário.

Do PAN: Ana Isabel Marques Ramos Braz da Silva

Estiveram ainda presentes os Presidentes das Juntas de Freguesia de Amora, Fernão Ferro e União das Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires, respetivamente, Manuel Ferreira Araújo, Rui Miguel Pereira Santos e Maria João Filipe Costa. Orlando Manuel Arsénio Ribeiro em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Corroios.

Para além do Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Paulo Alexandre da Conceição Silva, estiveram presentes os seguintes Vereadores: Maria João Varela Macau, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Bruno Filipe Ventura Santos, Liliana Ângela Sequeira da Cunha, Miguel Ferreira Feio, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Nuno Miguel dos Anjos Sousa Moreira, Bruno Miguel Machado Vasconcelos e Henrique José Livreiro Viçoso Freire.

A Sessão teve início cerca das 20:42.



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 02/2023
1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Vamos dar início à primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal, é a sessão ordinária a primeira de 2023. Informações, pedidos de substituição da CDU, Catarina Teixeira por Hernâni Magalhães, Nuno Graça por Manuel Janeiro. No PS, Telma Lima por Diamantino Moreira, José Geraldos por Anabela Gomes. Do Bloco de Esquerda, Isabel Cruz por Joana Ideias, substituições do Presidente de Junta de Freguesia, o Presidente da Junta de Freguesia de Corroios é substituído pelo tesoureiro Orlando Ribeiro.”

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DA POPULAÇÃO.

Não se registaram intervenções da População.

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “No período de intervenção da população, não temos inscrições e, portanto, passamos para o período de antes da ordem do dia. Temos 11 documentos e ainda duas intervenções políticas. O primeiro documento é da CDU, moção “Mais e melhores transportes públicos fluviais Transtejo e Soflusa”, é subscrito por Maria João Louro, que tem a palavra.”

II.1. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção “Mais e melhores transportes públicos fluviais Transtejo e Soflusa”, subscrito por Maria João Louro.

(Documento anexo à ata com o número 1).

Maria João Louro da CDU disse: “Não vou ler a moção na íntegra, uma vez que todos a têm. Mais e melhores transporte públicos fluviais. Os transportes públicos em geral são um serviço que contribui e muito para promover o bem-estar e a qualidade da vida do povo, desde que também sejam de qualidade e sirvam verdadeiramente as necessidades, quer na oferta, quer no tarifário. O serviço público prestado pela Transtejo e pela Soflusa tem vindo a demonstrar nos últimos anos problemas inaceitáveis às populações, tais como a falta de oferta, a supressão constante e inesperada de ligações, salas de embarque sobrelotadas, o excesso de passageiros por navios. Só entre 1 de janeiro a 31 de outubro de 2022, foram suprimidas 3.250 carreiras da Transtejo devido à inoperacionalidade dos navios e cerca de 1.750 carreiras devido à carência de trabalhadores. Já na Soflusa, foram suprimidas 1.200 carreiras devido à inoperacionalidade de navios e 2.800 carreiras devido à falta de trabalhadores. Em 17/01/2023, o grupo parlamentar do PCP requereu a audição com caráter de urgência do Ministro do Ambiente e Ação Climática e das organizações representativas dos trabalhadores desta Transtejo e Soflusa, sobre a situação do serviço público de transporte fluvial. A audição decorreu no dia 1 de fevereiro de 2023 e confirmou as preocupações que aqui trazemos, mais uma vez, à Assembleia Municipal. Assim, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida na sua primeira sessão ordinária em 16 de fevereiro de 2023, delibera: 1) repudiar as opções de desinvestimento nos transportes públicos fluviais; 2) instar o Governo a cumprir com a entrega de 10 barcos elétricos e a construir 5 estações de carregamentos de barcos, Cacilhas, Montijo, Seixal e Cais do Sodré, exigir ao Governo a valorização dos direitos e a contratação dos



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

trabalhadores em falta; 4) exigir ao Governo uma oferta adequada às necessidades das populações, de forma a cumprir com a primeira parte da alínea d) do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, ou seja, promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo, neste caso particular, através da existência de transportes públicos fluviais de qualidade no Concelho do Seixal.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções de apreciação desta moção, quem é que pretende intervir? Tomás Santos.”

Tomás Santos do PS disse: “Nesta moção, a certa altura, a CDU diz: “quanto aos transportes fluviais, Transtejo e Soflusa, em particular nos últimos anos assistimos a um desinvestimento progressivo e acentuado”. Acerca disto, numa breve pesquisa no Google, encontramos as seguintes notícias: Idealista.pt a 3 de outubro de 2021: “o Governo quer investir 528 milhões de euros em ferrovias e rodovias e cerca de 408 milhões de euros na expansão das redes de metro no próximo ano”, Diário de Notícias, 28 de setembro de 2022, Duarte Cordeiro, Ministro do Ambiente, “desde 2015 investimos 2% do PIB na área da mobilidade. O Ministro do Ambiente assumiu a mobilidade urbana como área central do Governo e revelou que estão em curso investimentos de 3,5 mil milhões de euros nas políticas do setor”. Diário de Notícias, 9 de janeiro de 2023: “Carris vai investir 169,6 milhões de euros em 342 autocarros e 25 elétricos até 2026. A empresa de transportes públicos tem ainda prevista a ascensão da linha do elétrico 15E para Santa Apolónia e para o Jamor e Cais do Sodré. Os bilhetes vão passar a poder ser pagos através do telemóvel ou do cartão de crédito ou de débito”. Eu não sei se sabem, mas este tipo de coisas também requerem investimento. Dinheiro Vivo, 10 de fevereiro de 2023: “o Governo avança com um cartão único para viajar em transportes públicos no país. O projeto um bilhete.pt, cujo investimento vai rondar os 2,7 milhões de euros, vai permitir, na sua primeira fase, criar um cartão único para viajar em transportes públicos no país, anunciou esta sexta-feira o Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, Jorge Delgado”. Posto isto, sugerimos à CDU que altere o parágrafo que eu referi na moção, retirando o “des” atrás de “investimento”, passando a ler-se: “nos últimos anos assistimos a um investimento progressivo e acentuado na mobilidade”.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não havendo mais pedidos de intervenção, tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Eu pedia ao Vereador Joaquim Tavares, que reuniu recentemente quer com a administração da Transtejo, quer com o sindicato dos trabalhadores do transporte fluvial, para também dar conhecimento aos membros da Assembleia Municipal sobre o resultado dessas reuniões.”

O Vereador Joaquim Tavares disse: “Duas primeiras questões, uma é o descontentamento da população relativamente àquilo que é uma evidência incontornável, que é a sucessiva falta de barcos para se deslocarem para Lisboa ou de Lisboa para o Seixal e, portanto, isso é um dado incontornável que é do conhecimento de todos e tem naturalmente um reflexo, que é desmotivar as pessoas a utilizarem este meio de transporte, porque ninguém gosta de chegar para apanhar o



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

transporte e o transporte não se realizar e depois só ter carreiras ao fim de algum tempo. Está a acontecer também que estão a juntar carreiras, ou seja, por via de terem poucos barcos a circular, devido às avarias e à incapacidade em resolver a situação, portanto, os barcos da carreira respetiva, a A ou B, acabam por não avançar por haver poucos passageiros e esperar pelo novo horário para depois se realizar. Ora, isso causa transtornos significativos para as pessoas, para a organização de vida dos trabalhadores que se deslocam neste meio de transporte. Na reunião com a administração, foi-nos dada nota que chegaria um barco elétrico desta frota de 10 barcos que já foi anunciada quatro vezes e, portanto, se calhar daí a apreciação do Sr. Eleito do PS relativamente aos investimentos serem tão significativos, a mesma frota já foi anunciada quatro vezes, o que é facto é que já deveria desde o primeiro anúncio estarem todos os barcos ao serviço e ainda não está nenhum. E, portanto, o primeiro barco, segundo a administração nos disse, chegaria este ano, no primeiro trimestre, o trimestre ainda não acabou, mas também nos disse que não ia fazer carreiras durante este. Portanto, iria estar num período experimental para formação e para adaptação, portanto, às novas condições de um barco com estas características. Portanto, este indicador, com aquilo que se verificou no início do ano, revela que vamos ter mais um ano de grande dificuldade no transporte fluvial entre Lisboa e o Seixal. Dar ainda nota de que na reunião com o sindicato nos alertaram para outras coisas que, aliás, coincidem com aquilo que também é a informação da administração. Iria haver um posto de carregamento elétrico aqui no terminal do Seixal, esse posto já está adjudicado, como outros que vão ser instalados noutros cais, mas o que é um facto é que na Câmara ainda não deu entrada nenhum requerimento para as obras que levam à execução desse terminal e, como todos devem calcular, não é possível pormos barcos elétricos a funcionar sem haver postos de carregamento para os mesmos. E, portanto, se não forem tomadas medidas urgentes relativamente a essa matéria, corremos o risco de chegarem os barcos e depois não haver capacidade para os abastecer do ponto de vista da energia. E podemos até ter a situação caricata de termos os barcos a trabalhar com geradores para se produzir a energia para depois se poderem deslocar, pelo que esta eventualidade, que até parece uma anedota, será certamente o resultado final desta operação, porque não há neste momento nenhum andamento relativamente a esta matéria. E, portanto, aquilo que nos transmitiram também os trabalhadores, foi grandes preocupações relativamente a estas questões, aos atrasos que estão registados nas obras, que já deviam estar em curso, para a instalação dos terminais de abastecimento e, a verificar-se a situação que estamos a viver, gradualmente vamos perder a capacidade de deslocar por esta via os nossos trabalhadores e a nossa população para Lisboa.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse, “Tem a palavra a proponente”.

Maria João Louro da CDU disse: “Apenas um pequeno esclarecimento a todos os presentes, que apesar de todos os investimentos anunciados pelo Governo, ainda esta semana, dia 13, segunda, dia 15, quarta, e hoje, dia 16, houve supressão de carreiras do Seixal para Lisboa.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Aprovada a Tomada de Posição nº 13/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte e cinco (25) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do PAN: 1
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1

Dez (10) abstenções do grupo municipal do PS

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto? Tomás Santos, Rui Belchior e Paula Santos.”

Tomás Santos do PS disse: “Declaração de voto apenas para referir o seguinte: eu acho que a minha intervenção não foi bem clara, até porque eu fiz uma proposta de redação e ninguém respondeu se a aceitava, se não aceitava e, se não aceitava, porquê. Enfim! Pelos vistos, estamos assim nesta Assembleia Municipal! Agora, de facto, existe um problema, ninguém disse o contrário! Existem muitos problemas que é preciso resolver! Agora, o que é facto é que não se pode dizer que não há investimento, quando ele existe! Não é tão rápido como nós gostaríamos, o investimento que a Câmara também faz todos os anos, também não é tão rápido como nós gostaríamos, porque senão não tinham projetos há 20 e há 30 anos por concluir! Agora, há uma coisa que eu sei, nós estamos concentrados nas soluções, vocês estão concentrados nos problemas! É assim, é a vida!”

Rui Belchior do PSD disse: “Nós votámos a favor porque realmente consideramos que há um problema. Nós temos um problema, aliás, na última Assembleia já aqui levantámos este tema, um problema de mobilidade nesse Concelho e em toda esta região. Naturalmente, quem ouve o PS, e nós não podemos concordar com isto, com o Eleito Tomás Santos, é sempre o mesmo discurso, não é? Quer investir, vai investir, anunciou esta semana, investiu 2% do PIB, mas onde é que isso se traduz? Onde é que está a tradução desse investimento, na prática, na qualidade de vida das pessoas? É que o PS, nos últimos 30 anos, está lá há 20 e tal anos! Quer dizer, não se vê nenhuma melhoria! Aliás, este até era um meio de transporte que corria, no início dos anos 2000, deste século, decorria até com alguma normalidade e está cada vez pior, cada vez se tem agravado mais a falta de carreiras e outros problemas afins! Portanto, as pessoas continuam agora todas afuniladas nos comboios da Fertagus e pouco mais alternativas têm. “



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Paula Santos da CDU disse: “Sendo uma moção da CDU, naturalmente esta era uma moção que trouxemos aqui para demonstrar aqueles que são os problemas e as soluções que são necessárias para o transporte fluvial. Pode-se vir aqui dizer os diversos anúncios que se bem entender e quantos milhões é que existem para aqui e para ali. Eu diria até que o papel aguenta tudo. A verdade é que no terreno e na prática não há investimento no transporte fluvial. Aliás, são inúmeras as dificuldades, quer do ponto de vista da fixação de trabalhadores, da valorização, associadas também ao facto de as carreiras e de as remunerações não serem valorizadas, mas também o desinvestimento que é por muito mais evidente na frota e nos navios que deveriam existir. Não vale a pena vir aqui dizer que não de chegar os navios elétricos, porque eles ainda não estão aí e a verdade é que há um conjunto de preocupações também associadas a elas. Hoje o que nós sabemos é que em muitos dos dias do mês há supressões de carreiras. Supressões! Há um barco que faz a viagem entre o Seixal e Lisboa, não há mais do que isso. E, portanto, há quem queira apagar os problemas, nós não queremos apagar os problemas, queremos é resolvê-los e, por isso, trazemos aqui esta moção em boa hora porque consideramos que a mobilidade é um direito e a população do Seixal merece, de facto, ter transporte público fluvial de qualidade, merece e tem direito a mais horários, mais carreiras e um transporte com qualidade.”

Samuel Cruz do PS disse: “O Partido Socialista absteve-se porque reconhece a efetividade do problema, mas, no entanto, não pode concordar com as inverdades que foram aqui ditas e em especial naquilo que concerne à falta de investimento. E passo a dizer, é que o investimento feito nestes 10 cacilheiros, a adjudicação existe, é tão só como o maior concurso público internacional lançado até hoje a nível mundial! Nunca foi lançado um concurso público, nunca foi feito um investimento público tão avultado em qualquer país do mundo. E, portanto... num país do mundo, isto é, através de concurso público que pelo menos vincula a União Europeia. E isso é uma parte. A segunda parte, houve, de facto, um atraso, e tem muito a ver com a impugnação apresentada pelos Estaleiros Navais de Peniche e que esteve suspensa a aplicação. E por fim, a solução da proporção 100% elétrica é a tipologia de conversão internacional para mais navios das características desta frota. A Transtejo teve ainda em conta os consumos energéticos inferiores aos navios atuais e sem emissões de gases com efeito de estufa. Só em 2019, o consumo de gásóleo foi 5.248.741 euros.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos então para o documento seguinte, que é do PS, tem a palavra, o proponente, Rui Pereira.”

II.2. O Grupo Municipal do PS apresentou uma Recomendação “Reabilitação de coberturas e telhados de edifícios municipais”, subscrita por Rui Pereira.

(Documento anexo à ata com o número 2).

Rui Pereira do PS disse: “O que me traz aqui hoje é um assunto que já foi abordado diversas vezes, esta recomendação surge em Assembleia de Freguesia de Fernão Ferro no passado dia 22 de dezembro, em que um dos considerandos, dos reparos era que se a mesma fosse aprovada, a realização era para ser lida e discutida em Assembleia Municipal. Portanto, como eu sou o único



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

elemento daquele órgão com assento nesta Assembleia, portanto, coube-me a mim trazê-lo. Portanto, é um assunto que já há muitos anos é debatido, já há muitos anos é falado, já há muitos anos todos nós reconhecemos que precisa de manutenção, precisa de reparação, mas, mais uma vez, mais um ano passou e nada foi feito. Portanto, apenas digo que... mas ainda apenas nos considerandos da moção, portanto, a reparação imediata da cobertura para que, desta forma, seja corrigida com mais de 15 anos e permanente causa danos materiais aos funcionários do mercado. Ponto 2, a avaliação de eficiência energética do edifício por forma a calcular a necessidade de futuras intervenções para melhoramento e cuidado do espaço do ponto de vista técnico. Isto também surge de uma necessidade que a Junta de Freguesia identificou, que é cobrir toda a cobertura do mercado municipal com painéis fotovoltaicos, que nos permitam poupar também na conta da luz. E isto está tudo já alinhavado, está tudo mais ou menos orientado, precisamos apenas que a Câmara, no mais curto espaço de tempo, proceda às obras de reparação para nós depois podermos seguir o processo que temos em vista.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a esta recomendação, Mário Macedo e Armando Farias.”

Mário Macedo do BE disse: “Eu quero começar por saudar o PS por reconhecer a mais-valia do trabalho que o Bloco de Esquerda faz. É que na penúltima Assembleia Municipal nós trouxemos aqui uma moção muito idêntica à moção que vocês agora trazem. E todos nós também sabemos que na mesma sessão da Assembleia de Freguesia que o PS faz referência, também foi aprovada por unanimidade uma moção do Bloco de Esquerda. Mas, no entanto, queremos mostrar unanimidade, mas omitimos o trabalho que o Bloco de Esquerda faz. Mas não nos interpretem mal, nós não estamos chateados, nós até ficamos contentes, só demonstra que se dois deputados do Bloco trabalham bem, imaginem o quanto não fariam quatro ou seis deputados do Bloco! Por isso, eu até agradeço e nós vamos votar favoravelmente, contentes, porque sabemos que o PS está a reconhecer o bom trabalho que o Bloco faz.”

Armando Farias da CDU disse: “Eu gostaria de saber se as lojas, as rendas que pagam os arrendatários, é a Junta que recebe as verbas, com certeza, não é? É a Junta que... portanto, não falou nada sobre isso, como é que esse dinheiro das rendas é utilizado para fazer as obras que são necessárias. E depois, mesmo admitindo que a Câmara pode ter alguma intervenção sobre isso, também recordar aos Srs. deputados do PS e, em particular, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fernão Ferro, que ao rejeitar o orçamento e as GOPs, também traz dificuldades e, portanto, têm que se habituar a isso! Mas de qualquer modo, fiquei com a ideia que recolhe as rendas, mas depois não pega em parte desse dinheiro para fazer obras que competem à Junta.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse, “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Portanto, esta é uma questão que estamos a tratar, estamos a ver orçamentos para fazer a obra, para depois nos reunirmos com a Junta de Freguesia de Fernão Ferro e vermos as questões relativas à reparação do telhado. É uma verdade, a Junta de



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Freguesia recebe as rendas e, não obstante, todas as receitas do mercado são auferidas pela Junta de Freguesia, portanto, depois iremos falar e ver algum entendimento quanto a essa questão. Dizer também que a questão do chumbo do orçamento trouxe atrasos à Câmara Municipal, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, ao ter votado contra, devia ter consciência de que isso iria trazer problemas ao trabalho da Câmara Municipal e, conseqüentemente, não conseguimos ser tão rápidos como nós gostaríamos a resolver isto, mas estamos aqui para encontrar soluções e iremos encontrar soluções. Como eu tenho dito, a oposição não pense que, por nos ter chumbado o orçamento, que irá paralisar a Câmara Municipal, nós estamos aqui para encontrar soluções, são mais demoradas do que gostaríamos, mas vamos continuar com a dinâmica que se tem imprimido a este Concelho e que faz com que este Concelho seja um dos mais desenvolvidos do país.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o proponente, Rui Pereira.”

Rui Pereira do PS disse: “Sr. Eleito Mário Macedo, o bom trabalho do Bloco de Esquerda, não, aquilo não é trabalho nenhum aquilo, porque aquilo é uma coisa que está feita há 15 anos! Há 15 anos que os meus antecessores e anteriores executivos reclamam a esta Câmara para a recuperação daquela cobertura, daquele telhado. Portanto, isto foi algo que eu partilhei com os Srs. da oposição e que o senhor viu, e muito bem, aproveitaram. A moção que eu trouxe aqui, ou melhor, a recomendação, foi apenas e só porque no documento que tem à sua frente dizia aí às tantas que, caso este documento seja aprovado, deverá ser lido na Assembleia Municipal. O vosso não referia isso. Portanto, como tal, eu, sendo o único eleito com assento na Assembleia Municipal, coube-me a mim, trazer este documento. Só por isso é que ele veio aqui hoje. Portanto, não é o trabalho do Bloco de Esquerda, até porque o senhor baseou-se naquilo que eu lhe disse, e muito bem, agradeço, agradeço, sim senhor, fez um bom trabalho, mas pronto, mas não fez nada mais que fosse um bom trabalho, porque é algo que já os meus antecessores se queixam há muito tempo! E não é, como o Sr. Presidente da Câmara diz, por causa do chumbo do orçamento, nem o Sr. Farias, que, como dizem, por causa do chumbo do orçamento, isto é algo que é reportado há muitos, muitos anos! Não é de hoje! Há muitos, muitos anos que os funcionários se queixam! Tem um funcionário atrás de si, ex-Presidente de Junta, pergunte-lhe quantas vezes é que ele se queixou à Câmara a exigir a rápida reparação da cobertura do mercado. Pergunte! Está aí atrás de si, Sr. Faria! Portanto, isto não é um assunto que agora... que nós chegamos à Junta e reclamamos! Não, é algo que já vem de há muitos anos. Portanto, quanto às rendas, Sr. Presidente, o contrato de competências é claro, é explícito, se para os Srs. também é claro naquilo que nos quisermos fazer assinar, para nós também é claro. A renda é uma receita própria da Junta de Freguesia, o mercado, o imóvel é da Câmara, é o mercado municipal, e também não me parece que o Sr. Presidente esteja a pedir ao Sr. Presidente Manuel Araújo para lhe pagar o arranjo do mercado da Cruz de Pau.”

Manuel Araújo disse: "Mas no mercado há uma parte que é nossa!"



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Aprovada a Tomada de Posição nº 14 /XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte (20) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 11
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) abstenções do Grupo Municipal da CDU

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Como não há declarações de voto passamos para o documento seguinte, que é do PSD, subscrita por David Martins. Tem a palavra.”

II.3. O Grupo Municipal do PSD apresentou uma Moção “Criação de um programa municipal de estágios para estudantes e recém-formados”, subscrita por David Martins.

(Documento anexo à ata com o número 3).

David Martins do PSD disse: “Eu não vou ler a moção toda porque já todos tiveram acesso e trata-se de algo que eu acho que não traz dificuldades a ninguém. Trata-se de um programa municipal de estágios para estudantes e recém-formados, isto é, capacitar os nossos jovens seixalenses na procura do primeiro emprego, tentar que eles tenham alguma experiência profissional antes entrarem no mercado de trabalho, sabemos também as dificuldades que há hoje em entrar no mercado de trabalho, se não tivermos alguma experiência antes, e um estágio pode ajudar, isto na... o que está aqui dito, na ... nomeadamente aqui na Câmara Municipal, nos departamentos da própria Câmara, poderia ter algum interesse para a Câmara em si e para os jovens também que tivessem acesso a estes mesmos estágios.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a esta moção, Armando Farias, Rui Belchior e Mário Macedo.”

Armando Farias da CDU disse: “Apenas duas considerações. Por um lado, quero louvar a hipocrisia destas posições. Tudo aquilo que tem que ver com direitos dos trabalhadores, horários, precariedade, regulamentação do trabalho, o PSD vota sempre contra aquilo que são direitos dos trabalhadores, incluindo aspetos que tenham a ver com o ensino profissional. E em segundo lugar, porque a Câmara, como sabe, tem programas desde sempre neste âmbito, pelo que não faz sentido nenhum vir fazer uma proposta daquilo que a Câmara tem nos seus programas. Agora, para lembrar também que ainda recentemente, para este período de 2022/2023, a Câmara Municipal também abriu concursos para a atribuição de bolsas a jovens trabalhadores no seu



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

apoio escolar e, naturalmente, também na via profissionalizante. Portanto, o que está aqui é mais do mesmo! É contrário àquilo que o PSD aprova na legislação na Assembleia da República, sendo contra os trabalhadores, e é também a propostas que a Câmara desenvolve. Portanto, isto não faz sentido nenhum. E vamos votar contra, naturalmente!”

Rui Belchior do PSD disse: “Nós precisamos mesmo de defender a honra da nossa bancada, o Partido Social Democrata, para dizer o seguinte: se há hoje um edifício com direitos do trabalho, direitos dos trabalhadores, não foi construído pelo PCP, seguramente. Foi construído pelo PSD e outros partidos democráticos. Aliás, não há memória de terem participado ou votado a favor num processo de concertação social. Não há memória disto! Portanto, os Srs. encham a boca com os direitos dos trabalhadores, mas na altura certa, na altura própria, quem aprova a legislação para os trabalhadores é o Partido Social Democrata e, já agora, o PS e outros partidos democratas. O PCP é que não se lhe conhece nenhuma posição nesse sentido.”

Mário Macedo do BE disse: “O Bloco de Esquerda votará a favor desta proposta, o Bloco de Esquerda sempre vota a favor de iniciativas que melhorem as qualificações da população e as oportunidades de emprego. Também fica novamente demonstrado que o Bloco de Esquerda não tem problemas em votar favoravelmente propostas do PSD, quando estas vão ao encontro dos interesses das pessoas. Mas nós votamos com algumas reservas. Estágios de duas semanas são apenas estágios de observação, não são verdadeiros estágios. É preciso distinguir entre estágios curriculares e estágios profissionais, que a moção não faz referência. E os estágios profissionais têm que ser remunerados e não apenas servirem como mão de obra barata.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse, “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Eu penso que o PSD não conhece o trabalho que é feito pela Câmara Municipal e os acordos que a Câmara Municipal tem com múltiplas instituições do ensino superior e do ensino profissional relativamente a estágios que frequentemente são dados a jovens aqui do Concelho e que estão aqui a adquirir e a aprofundar conhecimentos práticos sobre esta matéria. No entanto, e para explicar melhor este trabalho que é feito pela Câmara Municipal, passo à Vereadora Maria João Macau, que tem o pelouro dos recursos humanos.”

A Vereadora Maria João Macau disse: “Dizer que no âmbito da nossa política de valorização dos nossos trabalhadores, que temos vindo a realizar, e com um trabalho muito intenso, naquilo que diz respeito à valorização das carreiras, com duas opções gestionárias que já foram realizadas, mas também ao nível da atualização pelo SIADAP e os acordos também com os próprios sindicatos, com a valorização também aqui dos próprios ACEP, das quais a Câmara do Seixal foi uma das primeiras, portanto, a fazer esses acordos. Temos ainda uma política muito importante na formação dos nossos trabalhadores, com formações internas e também com formação externa. Dizer que no âmbito dessa mesma política de formação, realizamos e estamos a realizar e a aprofundar um conjunto de parcerias com um conjunto de instituições do ensino superior e



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

também do ensino profissional para estágios, nomeadamente em termos e contexto de trabalho, que alguns deles são profissionais e outros são do ensino superior e que são muito importantes e muito valorizados pela experiência que aqui conseguem desenvolver e depois na procura do primeiro emprego. Portanto, dizer que das formações que temos vindo a fazer já em 2023 e nos finais de 2022, realizámos um conjunto de formações de inteligência emocional, trabalho em equipa, códigos de procedimento administrativo, e não é só um dia, são várias horas, suporte básico de vida, organização pessoal e gestão do tempo, norma de controlo interno, código de contratos públicos e tudo o mais. Por isso são formações que nós acreditamos que só com esta formação é que os nossos trabalhadores poderão ser valorizados. Isto também porque foi aqui dito que a Câmara do Seixal não tinha uma política verdadeira de valorização dos trabalhadores. Quanto aos estágios, eu tinha dito que temos estágios com cursos profissionais e superiores, alguns deles também com candidaturas espontâneas por parte dos próprios estudantes que solicitam o estágio, mas em termos de grandes referências e de grande número de jovens que têm estado em contexto laboral connosco, basta só ter aqui o nome da Escola Profissional de Setúbal como um dos parceiros, o agrupamento de Escolas José Augusto Cabrita, a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, Instituto de Emprego e Formação Profissional do Seixal, a Escola Secundária da Amora com o Departamento de Educação Especial, a Escola Comercial e Industrial de Formação, a Escola Secundária João de Barros, a Profissional de Almada, o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Alverca, a Escola Profissional para o Desenvolvimento, a Escola Superior de Educação Jean Piaget, o Instituto Superior de Gestão... portanto, são vários organismos que solicitam à Autarquia a realização desses mesmos estágios e também dizer que, para nós, é um prazer e é uma honra quando abrimos concursos, muitos destes jovens que fizeram estágios aqui, quer no ensino profissional ou ao nível do ensino superior, sejam candidatos aos concursos e temos tido boas experiências de integração desses alunos e desses jovens que aqui estiveram connosco, que gostaram de trabalhar connosco e de estar aqui connosco e que, logo que houve possibilidade de abertura de concursos, concorreram e hoje fazem parte do nosso mapa e quadro de pessoal. Por isso, se isto não é valorizar os estudantes, não é valorizar as pessoas, eu não sei o que é que é para o Partido Social Democrata uma política de valorização dos trabalhadores.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o proponente, se entender.”

David Martins do PSD disse: “Eu não sei se a moção ficou bem esclarecida ou não, mas o que eu quero dizer é que eu acho que estamos todos a falar do mesmo, queremos capacitar os nossos jovens para que consigam ter algumas hipóteses naquilo que é o mercado laboral hoje em dia. Tendo em conta aquilo que foi dito inclusivamente pela Câmara, a formação dos trabalhadores, tudo bem. Não é isto que nós estamos aqui a falar, estamos a falar de os jovens seixalenses poderem ter acesso a algum tipo de capacitação para o futuro deles enquanto profissionais, não só do ensino profissional, mas também do ensino superior. Em relação às bolsas de estudo, foi falado, ideia também do PSD, mas tranquilo. O que nós queremos é que, mesmo que a ideia seja do PSD e venha só a ser implementada no próximo ano, não há problema nenhum e podem ficar com a ideia para vocês próprios, desde que os jovens seixalenses consigam ter um melhor futuro.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Aprovada a Tomada de Posição nº 15 /XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte e um (21) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis votos contra (16) do grupo municipal da CDU.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte, que é do Bloco de Esquerda, Mário Macedo tem a palavra.”

II.4. O Grupo Municipal do BE apresentou uma Recomendação “Apostar na formação dos trabalhadores”, subscrita por Mário Macedo.

(Documento anexo à ata com o número 4).

Mário Macedo do BE disse: “Ora bem, a escola pública precisa de recursos, todos nós sabemos disso, mais logo vamos votar a alteração do mapa de pessoal onde serão incluídos mais 30 auxiliares, mas só isso não chega, precisamos também de os formar e de os capacitar para poderem desempenhar melhor o seu serviço. Por isso, nós pedimos que esta Assembleia recomende ao Executivo que identifique as necessidades de formação e que crie programas de formação contínua, focados, nomeadamente, mas não só, no suporte básico de vida.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a esta recomendação, Armando Farias.”

Armando Farias da CDU disse: “Eu acho que estamos aqui na mesma situação, isto é, vem aqui uma proposta do Bloco de Esquerda a propósito daquilo que a Câmara já realiza. Aliás, de certo modo, a intervenção da Sra. Vereadora Maria João Macau já respondeu a isso. A Câmara tem programas desde sempre em relação aos seus trabalhadores, neste caso, das escolas que eram sua responsabilidade, e agora daqueles que vieram com as transferências também está a desenvolver e vai desenvolver, portanto, essas formações. Aliás, se se derem ao cuidado de ir ao site da Câmara e fazer uma picagem de tudo o que lá está sobre esta informação, verificam que as dimensões desta formação está muito para além daquilo que o Bloco propõe. Está muito para além disso! Tem outras dimensões, tem outras componentes. Portanto, não faz sentido nenhum! De qualquer dos modos, a preocupação faz sentido, a formação! Mas ela realiza-se! Nós vamo-nos abster. Pode-se colocar a questão, porque é que votaram contra a moção do PSD e nesta se abstêm? É porque,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

como dissemos, a questão do PSD é pura hipocrisia porque é contra as suas opções políticas e práticas! O Bloco não é isso, mas reafirmamos que não faz muito sentido, na medida em que a Câmara desenvolve.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Sobre esta matéria, a Câmara Municipal tem uma política de formação dos seus trabalhadores e penso que a moção está-se aqui também a referir até sobre os trabalhadores das escolas. E dizer que eram trabalhadores que, enquanto estiveram sob dependência do Governo, nunca tiveram qualquer hora de formação, nem sequer as horas extraordinárias que eram obrigados a fazer lhes eram pagas. A partir do momento que transitaram para a Câmara, começaram a haver ações de formação para estes trabalhadores, inseridos no nosso quadro de formação, mas dizer que até ao momento o Governo, apesar de se ter comprometido a pagar todos os custos que a Câmara Municipal tivesse com os trabalhadores transferidos e, como já aqui foi dito, a questão da formação é um direito dos trabalhadores e a Câmara cumpre com os direitos que os seus trabalhadores têm. Até ao momento, o Governo não se disponibilizou a pagar uma hora sequer de formação a estes trabalhadores. Mas para falar também melhor sobre este assunto, passo aqui assim à Vereadora Maria João Macau, que tem o pelouro dos recursos humanos.”

A Vereadora Maria João Macau disse: “ Dizer que é como o Sr. Presidente disse, portanto, todos estes custos indiretos com o pessoal, nomeadamente ao nível da formação, ainda não houve da parte do Ministério, portanto, um apoio para as Autarquias também poderem aprofundar ainda mais o domínio da formação junto dos trabalhadores. Contudo, desde abril até ao momento, houve um conjunto grande de trabalhadores que durante o tempo de interrupção letiva, porque quando se está a falar de pessoal não docente, portanto, nós alargamos a formação e todo o plano de formação a todos os trabalhadores, mas apontamos quadros para a formação de pessoal não docente no período maior de interrupção letiva ou em períodos em que não haja tanto constrangimento para poder fazer face ao funcionamento do lado das instituições. Mas dizer que desde a inteligência emocional, ao trabalho de equipa, procura de gestão de conflito, são temas que têm vindo a ser pedidos por parte de muitos trabalhadores, assim como o próprio suporte básico de vida, que muitos trabalhadores não têm qualquer tipo de formação e que consideraram útil e importante, assim como ainda na parte que diz respeito à contratação pública, que tinham muitas dificuldades, há novos trabalhadores e, por isso, está a haver aqui um aumento significativo do número de candidaturas para este tipo de formação, quer mais em contexto teórico, mas também, sobretudo, prático. Portanto, é isto que neste momento estamos a desenvolver, são cerca já de 8 ações de abril até agora que foram realizadas com pessoal não docente que veio em abril para o mapa de pessoal da Câmara e que continua a haver inscrições para o período de interrupção letiva para poderem aprofundar mais conhecimento.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Aprovada a Tomada de Posição nº 16 /XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte e um (21) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezasseis (16) abstenções do Grupo Municipal da CDU

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto.”

Armando Farias da CDU disse: “Apresentaremos declaração de voto nos termos regimentais e nos prazos regimentais. “

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto seguinte, uma declaração política do Chega, apresentada por Nuno Capucha. Tem a palavra.”

II.5. Declaração política apresentada por Nuno Capucha do Grupo Municipal do CH

(Documento anexo à ata com o número 5).

Nuno Capucha do CH disse: “É impossível falar da situação política no Concelho do Seixal sem recordar Judas Iscariotes. Judas foi o apóstolo que vendeu Jesus Cristo por 30 moedas de prata, como certamente todos sabem. Diz o texto bíblico que, tocado pelo remorso, devolveu as 30 moedas e foi enforcar-se. Não há muito para dizer, politicamente, o eleito pelo Chega e agora vereador, com direito a pelouro e tudo o que sempre quis, enforcou-se política e moralmente. Assistimos agora a um longo velório, porque o enterro só ocorrerá em 2025. Resta a falecida consolação de uma bolsa cheia. Deixem-me dizer-vos que Judas também guardava a bolsa do dinheiro, mas como está escrito no Evangelho de São João, tirava o que nela se metia, isto é, era um ladrão. Deixemos os mortos descansar em paz. Eu peço desculpa só por interromper, tive aqui uma falha técnica. Peço desculpa, eu sei que o tempo está a contar, responsabilidade minha. Como vos dizia, e peço desculpa pela interrupção, não perturbemos as almas, deixemos os mortos descansarem em paz. Eu vou aproveitar o meu tempo para vos falar de outros personagens envolvidos nesta histórica bíblica, porque as 30 moedas de prata foram pagas por alguém. Onde estão essas pessoas que se dispuseram a pagar o preço de um escravo? Onde estão os sacerdotes e os anciãos? Estão muito perto de mim, estão aqui nesta sala! São aqueles que garantiram a lealdade de vereadores eleitos por outros partidos, repetindo uma tática com resultados comprovados. Na frente do Seixal, não há nada de novo. Não há necessidade de recorrer ao longo



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

e penoso jogo democrático de procurar consensos com as outras forças políticas, basta levar a cabo uma política muito mais realista, que conhece muito bem quais as peças que podem ser mexidas no xadrez político. Enquanto executam as suas manobras, espalham mentiras, propaganda. Quem ler a última edição do boletim municipal fica com a errada impressão que o Seixal não se transformou num Jardim do Éden devido aos chumbos do orçamento. Mas não se preocupem, aposto que o próximo orçamento não encontrará as mesmas dificuldades. Trabalho, honestidade e competência, eu diria antes capacidade de trabalho e competência para manter o poder a todo o custo ou qualquer que seja o custo, além de oprimirem e assassinares, os comunistas são também conhecidos por aliciarem as consciências em nome da revolução. Ou melhor, em nome do poder. Voltando à linguagem bíblica, raça de víboras!”

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “O ponto que temos a seguir é uma tomada de posição da CDU subscrita pela Sra. Eleita Manuela Calado, tem a a palavra.”

II.6. O Grupo Municipal da CDU apresentou uma Tomada de Posição “Em defesa do serviço público de cultura”, subscrita por Manuela Calado.

(Documento anexo à ata com o número 6).

Manuela Calado da CDU disse: “Em defesa do serviço público, penso que todos receberam a moção, portanto, não a vou ler toda, na íntegra, mas vou ler aqui alguns parágrafos. A cultura é um fator de independência e de libertação humana, de preservação da nossa identidade coletiva e individual, valorização da nossa história e das nossas tradições, de defesa da Língua Portuguesa e de afirmação de Portugal na Europa e no mundo. Defender um serviço público de cultura é garantir o acesso de todos em todo o território nacional, à experiência da criação e da fruição cultural e artística, com especial relevância para a componente de acesso às formas, meios e instrumentos de criação e, de acordo com a Constituição da República, o Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural em colaboração com as diferentes associações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, e as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais, artigo 73 da Constituição. No entanto, porque não foram respeitados os princípios constitucionais, os agentes culturais e os criadores enfrentam, há décadas, políticas de elitização e mercantilização da cultura, com redução do apoio do Estado para valores irrisórios, que se traduzem na negação da liberdade de criação e fruição culturais. O facto de o Governo ter anunciado medidas de reforço orçamental de 79 milhões de euros para o programa apoios sustentados às artes 23/26, não só não colmata as necessidades de financiamento, como confirma a insuficiência do orçamento aprovado para este fim nos últimos anos. É o caso do nosso concelho, em que a Associação dos Amigos Toca a Rufar, Portugal a Rufar e de outras dezenas de associações que ficaram sem apoio, ainda que tenham sido consideradas elegíveis. O contínuo desinvestimento na cultura promove a precariedade dos vínculos, na sua maioria a recibos verdes, o desemprego e o subemprego, o encerramento de estruturas e serviços, o abandono por vezes definitivo da atividade cultural, a emigração, enfim, a amputação das oportunidades de uma geração inteira e



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

um buraco negro no património do futuro. Pelo exposto, a Assembleia Municipal do Seixal, reunida a 16 de fevereiro, 1) manifesta preocupação quanto ao presente e ao futuro da cultura em Portugal, pelo que reitera a sua solidariedade para com a justa luta dos trabalhadores e agentes culturais em defesa dos seus direitos constitucionais e da dignificação e valorização da cultura como um efetivo serviço público; 2) expressa igualmente inteiro apoio às suas reivindicações ao Governo, em particular e em imediato o reforço da rubrica orçamental destinada ao apoio às artes, utilizando as dotações provisionais e outros mecanismos orçamentais existentes, bem como a dotação de medidas de correção dos resultados apurados nas diversas áreas submetidas a concursos, a fim de garantir o apoio a todas as entidades com candidatura elegível; 3) Defende a criação de mecanismos plurianuais à programação cultural descentralizada e à cooperação cultural onde deverá incluir um verdadeiro quadro de apoios do poder central ao movimento associativo popular. Seixal, 16 de fevereiro de 2023.”

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Pedidos de intervenção, Tomás Santos, Nuno Capucha.”

Tomás Santos do PS disse: “Na apresentação desta moção a CDU diz: nada impede o Governo de reforçar as verbas para que todas as candidaturas elegíveis sejam apoiadas. Ainda recentemente o Governo decidiu atribuir 140 milhões de euros às concessionárias das pontes e autoestradas, montante que permitia apoiar 4 vezes as candidaturas elegíveis que ficaram sem apoio. Portanto, há dinheiro, é uma questão de opção. Mais uma vez, recorrendo-me do meu amigo Hugo encontrei o seguinte: no site do Governo a 12 de outubro de 2022. Em 2023 o orçamento do Estado dá mais um passo para cumprir o financiamento do setor da cultura ao concretizar um aumento de 114% de financiamento às artes no próximo quadriénio 2023/2026. Em audição parlamentar à Sra. Ministra da Cultura sobre o Orçamento de Estado para 2023, em novembro de 2022. O programa orçamental para a cultura cresce 23% em relação ao de 22. Trata-se de um reforço transversal de todas as áreas que abarca tanto património quanto criação. Site do Governo, 13 de janeiro de 2023: PRR permite um dos maiores investimentos de sempre no património cultural. 243 milhões de euros do PRR para cultura. Para que fique claro, o Governo tem investido na cultura. Agora a Sra. Eleita Manuela Calado diz-nos aqui que é uma questão de opção, que o Governo investe noutras áreas para além da cultura. Pois claro que investe! Ou o que a Sra. Eleita Manuela Calado deseja é que os portugueses deixem de poder andar nos autoestradas e nas pontes portuguesas por falta de manutenção? É esse o país em que a Sra. Eleita deseja viver? Olhe que não, Sra. Eleita, olhe que não. Em política tudo é uma questão de opção, mas o Estado não tem só obrigações para cumprir relativamente ao setor da cultura. Então e a educação que os Srs. tanto têm reivindicado? Está a Sra. Eleita Manuela Calado disponível para dizer ao Mário Nogueira para ele parar com as greves e com as manifestações porque o dinheiro que ele considera que devia ser gasto na educação afinal tem de ser gasto em cultura? Ou este exercício populista de comparações absurdas só funciona quando do outro lado da balança está aquilo que a Sra. Eleita quer? Quem é responsável sabe que tem um país para gerir e a única forma de gerir bem esse país é alocar verba disponível nos cofres do Estado às várias obrigações de prestação de serviço público



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

de forma proporcional, justa e equilibrada. É isto que nos permite, de hoje para amanhã, não baixar o orçamento da cultura mais do que ele já está. É isso que nos permite não voltar a congelar a carreira dos professores. Enfim, é isso que nos permite poder continuar a viajar nas nossas autoestradas e pontes com qualidade e segurança.”

Nuno Capucha do CH disse: “O PCP fala em artes, na leitura pública e em património coletivo. Creio que as duas últimas são perfeitamente consensuais mas as artes oferecem um campo mais vasto na discussão. Que tipo de cultura queremos? É uma pergunta fundamental porque vai determinar como é gasto o orçamento da cultura. É mercantilizar a cultura exigir, por exemplo, que os filmes tenham sustentabilidade económica e que não sejam somente produzidos para a exibição em festivais internacionais? Por falar em cinema, por falar nesta necessidade de não haver um divórcio entre público e artistas deixo registado o que constava no programa do Chega para o Município do Seixal: criar o programa academia com o objetivo de estimular a análise, a crítica, a escrita e a produção de obras audiovisuais e multimédia, com um concurso anual que premeie os melhores projetos nessas áreas. Sabem o que descobri? Descobri que a Câmara, no ano passado criou o cineclubes do Seixal, uma mostra e concurso de curtas metragens para jovens dos quinze aos vinte anos. Que coincidência. Por esse projeto a Câmara pagou à Associação Rubens, por ajuste direto, a módica quantia de 8.000 euros.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra a proponente.”

Manuela Calado da CDU disse: “Então, em resposta àquilo que foi aqui colocado, é verdade que há investimentos, mas estes investimentos devem ser feitos à semelhança daqueles que o Sr. eleito Tomás Santos veio aqui na primeira moção fazer referência. É verdade, há investimentos na cultura e são relativamente maiores em relação aos do ano passado. Contudo, também ficámos a saber, não é? Que eles não são suficientes porque grande parte das candidaturas que foram a concurso, este ano, ficaram por apoiar. Não por não serem elegíveis mas, simplesmente, porque a verba que foi alocada foi insuficiente e aquilo que nós queremos é que a cultura seja para todos. E é verdade que a área da cultura move muita gente e promove muitos empregos e, portanto, há que ter aqui um olhar relativamente a estes trabalhadores, a estas instituições, que para além de promoverem a cultura também são fonte de trabalho e são fonte de riqueza e merecem, sem dúvida alguma ter aqui um olhar mais diferenciador. É verdade, nós não negamos que houve investimento agora ele foi deveras insuficiente, à semelhança dos outros investimentos que já aqui foram referidos.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 17 /XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte e quatro (24) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Treze (13) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto?Luísa Gama.”

Maria Luísa Gama do PSD disse: “O PSD decidiu votar favoravelmente esta tomada de posição, aliás, porque o próprio Sr. Ministro da Cultura reconheceu muito recentemente que há muito a melhorar nos concursos e no sistema de atribuição de apoios da DGArtes e a DGArtes, também, por outro lado é uma instituição esmagada pelo peso dos concursos, é uma instituição sem autonomia financeira e uma Direção Geral das Artes deve fazer muito mais do que concursos deste género. O orçamento da cultura é curto, muito curto, deveria ser muito maior. É preciso mais trabalhadores e também por isso apoiamos esta tomada de posição. É preciso mais trabalhadores. Não pode ser um técnico superior a gerir milhões de euros, com tudo o que isso implica mas, também por outro lado, também quero deixar este alerta apesar do nosso voto positivo, é preciso também formar os artistas e as companhias artísticas para lidarem com este tipo de concurso e com a burocracia envolvente e isso evitaria também muitos dos problemas que depois se verificam a montante.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o documento seguinte que é do PS, subscrito por Tomás Santos. Tem a palavra.”

II.7. O Grupo Municipal do PS apresentou um “Voto de condenação à quebra do compromisso eleitoral por parte do Executivo”, subscrita por Tomás Santos.

(Documento anexo à ata com o número 7).

Tomás Santos do PS disse: “Sr. Presidente em primeiro lugar uma retificação na deliberação onde diz a Executivo Municipal é para passar a dizer Executivo da CDU. Bom, o tema acho que todos percebem qual é e depois da exposição do Nuno Capucha, eu não farei grandes comentários. Também já viram a moção, já a leram e, portanto, também não preciso de a apresentar. Mas como sou um grande amante da história vou só ler aqui alguns parágrafos que me parecem interessantes. No seu “O Declínio e Queda do Império Romano”, Edward Gibbon diz-nos o seguinte: a história de sua ruína do império romano é simples e óbvia e em vez de indagar os porquês da destruição do império romano, deveríamos ficar um pouco mais surpresos sobre como ele durou por tanto tempo. As legiões vitoriosas que em guerras distantes adquiriram os vícios estrangeiros e mercenários, primeiro oprimiram a liberdade da República e depois violaram a majestade da dignidade real. Os imperadores, ansiosos pela sua segurança pessoal e pela paz pública, foram reduzidos ao expediente de corromper a base da disciplina que lhes rendeu a sua



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

formidável soberania e ao seu inimigo. O vigor do Governo militar estava relaxado e finalmente dissolvido pelas instituições parciais de Constantino e o mundo romano foi esmagado por um dilúvio de bárbaros. Este será o vosso dilúvio de bárbaros. A história repete-se.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções sobre este documento, Henrique Rodrigues, Samuel Cruz e Mário Macedo.”

O Independente Henrique Rodrigues disse: “Nós também somos amantes de história mas não de história universal, somos amantes de história local. Vamos a factos. Mandato 2013/2017. Samuel Cruz – PS, pelouro da Defesa do Consumidor e da Segurança Alimentar. Paulo Cunha, PSD, pelouro da Fiscalização Municipal. Luís Cordeiro, infelizmente já falecido, pelouro da Proteção Civil, do Bloco. Portanto a totalidade das forças políticas com o mandato eleitoral na Câmara Municipal aceitaram pelouros atribuídos pelo CDU. Foram estas forças políticas contaminadas ontem, que seriam hoje e que serão amanhã? Mandato de 2017/2021, dois pelouros atribuídos novamente pelo Executivo CDU ao PS a saber Marco Fernandes e Elisabete Adrião, respetivamente pelouro da Proteção Civil e pelouro da Segurança Alimentar e Bem-Estar Animal. Neste caso houve rutura prematura entre as partes, ou seja, entre a que atribuiu e a que recebeu os pelouros por iniciativa da primeira, que à época invocou razões de incorreta conduta inconstitucional da segunda após o chumbo do Orçamento para 2019. O senhor Google não deixa passar nada e na era da internet a falta de transmissão das sessões da Assembleia Municipal ou das reuniões Câmara em direto não significa por si só o desconhecimento do que por aqui se passa, ou por lá em reuniões de Câmara se passou, que era o interessado fazer uma pesquisa apurada, averiguando melhor e indo mais além dos ecos da comunicação social dessa participação do PS no Executivo Municipal de 17/21. Após consultas das atas de reunião constatámos que Nelson Patriarca, membro desta mesma Assembleia durante o mesmíssimo mandato - o qual cumpriu na íntegra, portanto, a saber – acumulou funções de fiscalizador da atividade da Câmara Municipal com a de assessor da Vereadora do pelouro da Segurança Alimentar e Bem-Estar, Elisabete Adrião. Saíram lesados na sua consciência? A sua consciência mantém-se intacta, como hoje? Mudaram entretanto diametralmente as suas posições políticas, ou conservaram-nas tal como dantes, quaisquer que sejam? Ao que sabemos, ninguém na última década ficou contaminado e cremos que não ficará agora também por pertencer a um Executivo liderado pela CDU, conservando todos a sua matriz política de origem, as ideias chave quando se apresentaram ao eleitorado durante a campanha eleitoral, mantendo assim o compromisso com o Eleitor.”

Samuel Cruz do PS disse: “Vamos lá vestir o casaquinho, porque isto não é coisa de brincar. Vamos primeiro fazer somas: 2005/2009, 2009/2013, 2013/2017. Estou perfeitamente à vontade porque penso que fui o único Vereador que recusou pelouros até hoje. Não, o Luís Cordeiro também. O Luís Cordeiro também sempre recusou e sempre foram oferecidos, justiça seja feita. Mas é que há aqui um pequeno pormenor, eu enquanto Vereador, fui Vereador doze anos, votei doze orçamentos. Votei onze contra e absteve-me uma vez...a primeira vez que o Joaquim Santos foi eleito teve o benefício da dúvida. Infelizmente, depois não pude continuar a dar esse benefício. E é



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

isto que faz toda a diferença. Em 2017 foi prometido que era para trabalhar. O Partido Socialista está disponível para trabalhar mas os eleitos do Partido Socialista não se vendem e, portanto, ao segundo orçamento votaram contra e ao segundo orçamento foram despedidos. Porque esta é a democracia da CDU: damos pelouros a quem votar como nós queremos, porque não admitimos opiniões divergentes. Aliás, até o que motivou foi que o Sr. Presidente da Câmara na altura, Joaquim Santos, sentia-se tão dono e tão no controle dos vereadores que nem sequer o orçamento do próprio pelouro discutiu. E portanto, votámos contra. Estou em querer que não é isso que está aqui em causa. Está aqui em causa é um caso de corrupção e se não for de corrupção do ponto de vista legal é um caso de corrupção moral. É a segunda vez que a CDU faz isto neste mandato. A CDU apregoa que não fala com o Chega, mas enquanto o Henrique Freire ainda era do Chega falou e até falou à minha porta, que nos cruzámos uma vez às 8 da manhã. Mas ouvi o Henrique Freire e o Joaquim Santos à minha porta, e o Bruno Santos já agora também, que não está aqui hoje - naquele período entre as eleições e a eleição da Mesa às oito da manhã, enfim, não sei a fazer o quê? Mas falaram! Falaram porque fui eu que vi e eles sabem que eu os vi. Primeiro ponto! O PCP, o Presidente da Câmara fala com os eleitos do Chega, falou com os eleitos do Chega. Segundo ponto: o Henrique Freire já é licenciado há muitos anos e já há muitos anos que queria ser, legitimamente, diga-se, como muitas outras centenas de funcionários desta autarquia, que queria ser reclassificado como técnico superior. É legítimo. O que não é legítimo e o que é corrupção moral é fazer essa promoção no dia da votação da Assembleia Municipal. Isso os verdadeiros comunistas deviam-se envergonhar. Vocês que estão aqui sentados! É isto que defendem? É isto que querem? Um trabalhador que anos e anos e anos procurou ser técnico superior é no dia que tem que votar numa votação que é importante para vocês que é promovido? É isto o verdadeiro comunismo? Não, não é. Isto é outra coisa. É outra coisa! E agora, mais uma vez, mais à frente veremos, como estão mal com o orçamento, querem fazer aqui uma atividade que eu demonstrarei a seguir que é a habilidade da revisão orçamental para a partir daqui não ter que vir a esta Assembleia Municipal e gerir apenas a Assembleia Municipal através de um mecanismo da modificação orçamental. É isso que vocês querem fazer aqui hoje. E é isto que não está certo. Todos sabemos do que é que estamos aqui a falar. Não estamos a falar dos vereadores que tiveram pelouros em cenários de maioria absoluta do PCP e que foram sempre perfeitamente livres para tomar as suas opiniões. Eu nunca me vendi. Fui vereador no tempo do Alfredo Monteiro, fui vereador com Joaquim Santos. Digam quando uma votação minha foi feita em função de eu ter ou não ter pelouros? Nunca! Nunca. Nunca os vereadores do PS fizeram isso. O que está aqui em causa não é isso, hoje. E eu sei que os comunistas, os verdadeiros comunistas, não concordam com isto.”

Mário Macedo do BE disse: “Esta moção é o verdadeiro tema quente desta noite. Nós saudamos o PS pela coragem de a trazer à discussão, porque se é verdade que o Bloco de Esquerda reprova o acordo que a CDU faz com o Vereador do ex-Chega, o Bloco de Esquerda sempre combateu ideias extremistas, antidemocratas e anti-humanistas, nós também não nos esquecemos que o PS pediu e contou com o apoio do Chega em várias ocasiões nos últimos 20 meses. Eu relembro três



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

ocasiões, por exemplo: no voto para a Presidência da Assembleia Municipal, nos votos e na postura e nas votações para o orçamento municipal ou então em alguns votos em moções que envergonhariam Jorge Sampaio, ou António Guterres, ou Mário Soares como, por exemplo, aquela que vocês votaram em que afirmava, claramente, que o 25 de novembro era melhor, ou superior ao 25 de abril. Nós saudamos a coragem porque é preciso mesmo ter coragem para agora fazer estas críticas e neste tom. Quem lê esta moção aprende que a democracia só é colocada em risco quando é um ex-membro do Chega que apoia o PCP mas não quando este colabora com o PS. Mas não, a democracia perde sempre quando se permite que ideias antidemocráticas cresçam no espaço público. E uma pequena nota final sobre o Luís Cordeiro. O Luís Cordeiro não só assume a vereação num cenário em que a CDU tinha a maioria absoluta, ou seja, o lugar do Luís não estava à venda, o Luís não só foi fazer uma missão de serviço público, como também não tinha assessores.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Henrique Rodrigues, vamos usar o tempo de tolerância, só tem 4 segundos.”

O Independente Henrique Rodrigues, disse: “ É mesmo para terminar. Apesar de todo este rosário, resta ainda uma fímbria de esperança pois os tempos da absoluta necessidade de um visto sanitário de pureza política, após o contacto que muitos parecem temer hoje, mas ontem não, já passaram à história.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Nuno Capucha, Samuel Cruz e Mário Macedo para defesa da honra.”

Nuno Capucha do CH disse: “Trata-se de uma defesa de honra muito sucinta como afirma e sempre afirmou André Ventura e eu, naturalmente, não só porque sou membro do Chega, mas porque concordo com isso, votaremos propostas do PS, já votámos a favor moções da CDU, aliás ainda hoje o fizemos, votaremos do Bloco, votaremos sempre a favor daquilo que considerarmos ser o melhor para o Município do Seixal. E depois, Mário, esse léxico... às vezes perco-me no léxico apesar de ser um bocadinho repetitivo, antidemocráticos, fascistas, etc. – não sou eu que tenho ligações a países de extrema esquerda onde imperam regimes ditatoriais que massacram o povo, que oprimem, que retiram liberdade, que assassinam. Não somos nós. São vocês!”

Samuel Cruz do PS disse: “Na defesa da honra sobre duas questões curtas. Eu nunca falei com o Henrique Freire para lhe pedir apoio para ser candidato a Presidente da Assembleia Municipal e ele está aqui e sabe que é verdade. Não sei se os outros candidatos podem dizer a mesma coisa. Agora, não há essa promiscuidade que aqui, de alguma forma, acaba de ser insinuada. Sim, aprovámos muitas vezes moções do Chega. Há coisas que são transversais aos democratas na defesa do interesse da população do Concelho do Seixal. Por acaso tenho aqui essa estatística hoje, sabe? Do Bloco de Esquerda o PS votou 88% dos documentos a favor, mais do que os do Chega. Mas, por acaso, aquilo que foi aqui trazido pela Câmara, o PS votou 76% das vezes a favor. Nós não colocamos os interesses partidários acima do interesse da população. Essa conversa não é para nós!”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Mário Macedo para defesa da honra.”

Mário Macedo do BE disse: “Sr. Eleito Nuno Capucha, eu tenho imensa simpatia pela sua dificuldade em perceber o léxico e palavras complicadas. Eu na próxima Assembleia trarei um dicionário para que se sinta mais à vontade. E também precisa de estar mais atento. É que eu, nem nesta sessão, nem na última, nem na penúltima, nunca disse a palavra fascista, mas também conheço essa sua fixação com esta palavra e com este conceito.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra Armando Farias”.

Armando Farias da CDU disse: “Eu quando li esta noção fiquei com uma dúvida se isto era mesmo para o levar a sério, não é? Porque o que é comparado com a queda do império romano com a situação atual.... havia dois Imperadores Antónios, havia dois Imperadores Augustos e também se falava do pântano, lembra-se? Mas, enfim, nós temos de levar isto mesmo a sério, porque o que está aqui em causa é a incapacidade do Partido Socialista para fazer o confronto político, e como tem essa incapacidade do confronto político, faz o confronto pessoal. Não dão contributos para a defesa da comunidade Seixalense, passam a vida a pôr casos pessoais, a dizer mal das pessoas e chegando ao ponto, inclusivamente, de não perceberem que com isso estão a afrontar e estão a caluniar uma parte significativa da população seixalense que deu suporte ao Executivo da CDU e vocês não percebem isso e, portanto, querem caluniar. Quando querem caluniar as pessoas que aqui estão e que procuram dar o seu melhor, independentemente das opiniões políticas que possam ter, os Srs. estão a caluniar uma parte muito significativa da população e os Srs. não percebem isso. E, portanto, a questão é a seguinte: em relação aos independentes e às calúnias que vocês lhes fazem, não me vou meter por aí. A prática da CDU é uma ação participativa com aqueles que querem trabalhar! Essa sempre foi e continuará a ser a posição da CDU. E se hoje há independentes que querem participar no projeto da CDU, eles participam. Esta é a posição democrática que os senhores não querem reconhecer. E, portanto, não estamos a tratar de negócios com o Chega, estamos a tratar da vida das populações com aqueles que querem participar e se hoje há independentes que querem participar, todos participam. Mas Srs. Eleitos do Partido Socialista, já agora dizer o seguinte: para não ir mais atrás, falar só deste último período. Os Srs. deram os golpes do Orçamento com as implicações que isso tem. E sabem quem é que votou contra? Foram os Srs., o PSD e o Chega. Os Srs. votaram por uma moção contra a gratuitidade dos transportes públicos em 30 de maio, nesta Assembleia! E sabe quem é que votou contra a gratuitidade nos transportes públicos? Foi o PS, foi o PSD e foi o Chega. Os Srs. votaram nesta Assembleia em 29 de abril uma moção contra um aumento do custo de vida e sabem quem é que votou contra? Foram o PS, o PSD e o Chega. Os Srs. votaram contra a posição que a CDU trouxe em relação ao Orçamento de Estado, que era insuficiente para a habitação, para a cultura... enfim, para várias dimensões que os Srs. votaram contra. E votaram contra com quem? Com o Chega e com o PSD. E em defesa da escola pública, ainda recentemente em 30 de janeiro os Srs. também não votaram a favor e não votaram a favor nem vocês nem o Chega nem o PSD. Portanto, o que está aqui é evidência Srs. Eleitos do Partido Socialista, o que está aqui em evidência é que os



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Srs. naquilo que são questões fundamentais para vida das populações, para a vida das pessoas, os senhores coligam-se negativamente com o PSD e com o Chega. Não é com os independentes, é com o PSD e com o Chega. É isso que vocês estão a fazer e é isso que a população há de saber e vocês hão de ser condenados pela vossa posição.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tomás Santos, para ponto de ordem.”

Tomás Santos do PS disse: “Sr. Presidente, é ponto de ordem porque aquilo que acabou de acontecer, na opinião do Partido Socialista, não se pode voltar a repetir. Ou seja, nós estávamos a ter um debate elevado ou, pelo menos, da parte do Partido Socialista... eu não disse a ninguém que andava a dizer mal dos outros e andar com calúnias e não sei quê, não viram esse léxico nem na minha boca, nem de ninguém. Antes pelo contrário! Esta moção foi escrita e está escrita de uma forma exatamente para se debruçar sobre as questões políticas, eu não tenho culpa que o Sr. eleito Armando Farias não tenha entendido o que a moção diz, não tenha percebido o que a moção diz e confundam um ataque político com ataque pessoal porque, para si, tudo aquilo que é contra aquilo que é a sua opinião é um ataque pessoal. Isso a gente não tem culpa, a culpa é de si mesmo.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Samuel Cruz para defesa da honra.”

Samuel Cruz do PS disse: “Eu venho defender a honra outra vez depois da intervenção do Armando Farias ter dito que nós caluniávamos os eleitos independentes. Não há aqui nenhuma calúnia e há é que fazer uma separação clara! Nós colocámos o documento de uma forma elevada, tivemos esse cuidado. Não queríamos entrar nesta discussão, lamentamos que se tenha entrado nesta discussão mas uma coisa é a assunção, a coligação para governar a Câmara entre o PCP e um eleito pelo Chega e é isso que aqui condenamos porque, de facto, são dois eleitorados que são a água e o azeite. A democracia é um jogo de representatividade em que quem vota elege quem o representa. E as pessoas que votaram nuns e noutro não querem a mesma coisa. Mas nada nos move - e é isso que me trouxe aqui – contra os eleitos independentes desta Assembleia Municipal. Já agora, esqueceu-se de referir o voto contra do eleito independente. Daqui para a frente, cabe-lhes a eles demonstrar a sua independência. Assim como o Henrique Freire. Eu serei o primeiro a pedir desculpa no dia em que perceber que a sua independência não foi vendida. O primeiro a reagir se o seu programa estiver a ser cumprido na Câmara Municipal. O programa da CDU já lá está, não são compatíveis. Portanto, para terminar - defesa da honra - não há aqui calúnias sobre ninguém, há uma questão política, uma questão política que eu, francamente nunca esperei ver e há que separar. Uma coisa é o que estamos aqui a votar que é a atribuição a um vereador e outra coisa são os eleitos da Assembleia Municipal. Nada move o Partido Socialista - nem sequer do ponto de vista político - contra os eleitos pelo Chega, agora independentes, da Assembleia Municipal.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Nuno Capucha, defesa da honra.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Nuno Capucha do CH disse: “Eu vou fazer uma defesa da honra telegráfica. Em relação ao Bloco, Mário creio que escusamos de entrar neste ping-pong, posso apresentar as minhas qualificações quando tal me for requerido e, já agora, sou eu que escrevo tudo aquilo que leio portanto não me mandam coisas do grupo parlamentar para ler, sou eu que as escrevo, ok? E, atenção, Armando aqui está o melhor amigo do deputado, porque é mentira! Já não é a primeira vez que o Armando, enquanto líder da CDU, diz coisas que não correspondem à verdade. 29 de abril de 2022: ora que está aqui o edital por deliberação e, portanto, aqui no edital diz, por exemplo: moção apresentada pelo grupo municipal da CDU: é urgente dar resposta à degradação das condições de vida das famílias, não, não votámos contra. Consta aqui no edital que nos abstivemos. Ou melhor, que eu me abstive. Portanto, é preciso ter cuidado com o que se diz porque depois fica registado em ata, as pessoas leem e pensam que é verdade.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Armando Farias, ponto de ordem.”

Armando Farias da CDU disse: “É que eu pareceu-me... posso ter percebido mal, que estamos aqui a decidir a atribuição do pelouro do vereador da Câmara. Nós aqui não temos nada com isso, não é? É para ver esta confusão do Eleito, não é? Quanto ao resto não me vou pronunciar porque aquilo que foi referido, concretamente, em relação às alianças do PS/PSD e Chega em relação a tudo aquilo que é da Câmara, ficou... quanto a isso não disse nada.”

Hernâni Magalhães da CDU disse: “Aquilo que eu queria dizer é assim: o PS aqui presente, aliás, quase toda a gente aqui presente não viveu as alianças de facto entre o Mário Soares e outros com o MDLP de Spínola e o ELP do Cónego Melo... todos estes ligados de forma indelével aos atentados ocorridos entre 75 e 77 no qual foram assassinadas pessoas e destruídas propriedades. Esquece o PS aqui presente a tentativa gorada de eleger o seu líder para Presidente desta Assembleia Municipal com um concurso claro e expresso do Chega. Esquece ainda esse PS que mais ninguém que o próprio PS esteve e está interessado em promover o Chega, retirando assim possibilidade do PPD/PSD chegar ao poder, logo ao pote. Mas mais: esquecem-se no PS o sentido de voto com que o PS e o Chega se unem na imposição de legislação do trabalho favorável ao capital, nem posição de políticas de baixos salários, etc., etc. Acabam com o período de proteção legal dos 50 anos que impera sobre tudo o que ocorreu entre 25 de abril e 25 de novembro de 75 e depois, acrescida dos próprios poderem impedir a sua divulgação, bem como os seus familiares, de alguma coisa têm medo, ou talvez vergonha?”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Primeira questão: Ao ser acusado pelo eleito do Bloco de Esquerda de que o PS estará aqui assim a votar constantemente no mesmo sentido que o Chega, que havia aqui um... o mesmo sentido de voto em grande parte das votações e, na verdade, é sobre 70% das votações que PS e Chega, na Assembleia Municipal, votam de acordo e nas questões sobre a destituição do Presidente da Mesa, verificou-se aí a coligação entre o PS e o Chega e mais outras, o senhor líder da bancada do PS veio aqui dizer que há assuntos que são



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

transversais aos democratas, ou seja o líder do PS na Assembleia Municipal veio aqui passar um atestado de democraticidade ao Chega e penso que nunca ouvi um dirigente do Partido Socialista a passar esse atestado de democraticidade. Não tenho dúvidas que os verdadeiros socialistas devem estar envergonhados com a posição que hoje foi aqui assumida pelo Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, e aqueles que já faleceram devem, sem dúvida, estar às voltas no túmulo pelo que hoje aqui se passou. Quanto à questão do valor que foi dado ao Vereador do Chega, dizer o seguinte: ex-Chega, agora independente – ex Chega! – dizer o seguinte: sempre foi prática da CDU na Câmara Municipal do Seixal, mesmo em maioria, dar pelouros a todas as forças políticas. Este ano, no início do mandato, foi a primeira vez em que houve exceções a esta regra porquanto houve reuniões com o Partido Socialista e com o PSD para distribuição de pelouros, não houve nenhuma reunião, nenhum contacto com o à data vereador do Chega sobre a distribuição de pelouros ao vereador à data militante em representação do Chega, porque sempre houve uma linha vermelha entre a CDU e o Chega! Na verdade não deve ser hilariante que o antigo Presidente Joaquim Santos tivesse escolhido encontrar-se com o à data vereador do Chega à porta do eleito Samuel Cruz. Na verdade era o melhor ponto para se encontrarem, seria à porta dele para combinarem alguma coisa. É, na verdade, hilariante essa situação. “Vamos onde encontrar-nos?”, “ – Vamos para a porta do eleito Samuel que é para fazermos isto é em segredo, para ninguém nos ver. Portanto, não houve nessa altura nenhum contacto. Não se chegou a acordo com o PS quanto às questões da atribuição de pelouros. Quanto ao PSD houve uma recusa da aceitação de pelouros. Portanto... entretanto o Henrique Freire passou a Vereador independente, tem tido uma prática que o tem distanciado dos princípios do Chega e tem mostrado que tem princípios democratas e estou sempre aí a falar na questão relativa à votação sobre o Plano Municipal de Integração das Comunidades Ciganas que votou a favor! Não só votou a favor como fez uma defesa em sessão de Câmara do plano e das políticas prosseguidas pela Câmara relativamente à integração da comunidade cigana e, conseqüentemente, face a essa situação, houve uma conversa com o Henrique Freire para a possibilidade de lhe atribuímos pelouro, o que não tinha acontecido no início. Não houve quaisquer acordos quanto a votação, não houve quaisquer condicionamentos - o Vereador Henrique Freire poderá fazer - houve apenas a questão de falarmos sobre a atribuição de pelouros. Esta foi a única. O Vereador Henrique Freire em Câmara Municipal tem votado umas vezes a favor, outras vezes abstenção e também já votou algumas vezes contra propostas apresentadas pela Câmara Municipal, sempre com total liberdade de voto, liberdade essa que se mantém a partir deste momento, não havendo qualquer condicionamento da sua liberdade de voto, nem isso passa pela nossa maneira de estar na política. Portanto, era este esclarecimento que aqui queria fazer dizendo que, ao contrário do que foi aqui dito pelo eleito Samuel Cruz, não estamos a votar a atribuição do pelouro ao vereador Henrique Freire, estamos sim a votar um documento do Partido Socialista. A atribuição do pelouro ao vereador Henrique Freire é da exclusiva responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal, sendo que a atribuição de vereadores a meio tempo a tempo inteiro após o... 4 são diretos, após esse número, o resto é por deliberação da Câmara Municipal, não é matéria que esteja na competência da Assembleia



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Municipal. Era este esclarecimento que queria fazer à Assembleia Municipal e a todos os presentes...Sr. Presidente, só aqui uma questão: o Vereador Henrique Freire tinha pedido a defesa da honra e penso que também já foi várias vezes aqui dito o seu nome com acusações graves e não vale agora dizer que se pede desculpa no futuro quando se está a fazer acusações no presente, portanto, Sr. Presidente eu entendo que deverá ser dada a palavra para uso para defesa da honra, mas o Sr. Presidente da Assembleia Municipal melhor decidirá quanto a isso.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Com certeza. Está no Regimento da Assembleia, são prerrogativas... defesa da honra. É prorrogada. As intervenções são dadas pelo Sr. Presidente, a defesa da honra é uma prerrogativa dos Srs. eleitos também. Faz favor. Henrique Freire.”

O Vereador Henrique Freire disse: “Isto vai ser muito muito rápido. Tenho aqui essas mesmas provas e isto é mesmo andar a esfregar em roupa velha porque já foi tão esfregado que rompe e, agora, só falta aparecer o buraco. Sr. eleito Samuel Cruz, quando diz que nunca falou comigo relativamente a qualquer apoio, estamos a falar a verdade, mas via terceiros também temos que falar a verdade. Estamos aqui a falar de uma pessoa que é amiga, é um amigo comum e eu respeito pela amizade de mais de 30 anos, vou utilizar o nome dele depois de pedir desculpa ,que é o Luís Mestre e o Luís Mestre ligou-me a pedir para falar e para dar apoio ao Samuel Cruz para a Mesa da Assembleia. Pronto! Tenho aqui as mensagens e foi... eu estava até num jogo do Seixal e ele ligou-me com receio, pronto. Em relação ao resto daquilo que se espalha, está falado, muito falado. Vou dar um exemplo: antes da votação para a Assembleia para a Junta de Freguesia da Amora os eleitos, na altura, do Chega receberam “N” mensagens no momento antes de votar, para não votar no apoio ao PCP e apoiar o PS. Feito lá dentro e feito cá fora, pelo menos à minha pessoa, com amigos que tenho e que pertencem às alas do PS. Em relação ao que o eleito Samuel Cruz disse, é verdade. Nunca falámos, mas através do Luís Mestre esse pedido foi feito.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra Samuel Cruz para defesa da honra”.

Samuel Cruz do PS disse: “Henrique, tu és mentiroso! Tu estavas à minha porta com o Joaquim e com o Bruno Santos..

Vereador Henrique Freire, disse: “Nada disso”.

Samuel Cruz do PS disse: “Estavas, pronto! Não estavas?”.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O modelo de intervenção dos membros da Assembleia Municipal não pode continuar a ser este, de interpelações pessoais para além da adjectivação que eu acho perfeitamente deslocada no funcionamento democrático da Assembleia e na relação entre eleitos. Continue, Samuel Cruz”.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Samuel Cruz, para conclusão da defesa da honra”.

Samuel Cruz do PS disse: “Dizer duas coisas apenas: uma para dizer que o Sr. Presidente da Câmara e a defender essa questão em relação ao Partido Socialista que é: vem-se aqui dizer que o partido, o PS votou nesta Assembleia 70% das vezes ao lado do Chega e, portanto, tem uma



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

coligação com o Chega. É verdade, mas votou 76% das vezes a favor das propostas da Câmara Municipal do Seixal. Tem uma coligação com a Câmara Municipal do Seixal? Não tem. Votou 80% das vezes as propostas do PAN. Tem uma coligação com o PAN? Não tem. Votou 88% das vezes as propostas do Bloco de Esquerda a favor. Tem uma coligação com o Bloco de Esquerda? Não tem? Votou 100% das vezes a favor as propostas do PSD, aqui no último ano. Somos a mesma coisa? Não somos. Portanto, isso é desfasado, não corresponde à realidade. Portanto, não existe aqui nenhuma coligação e isto é importante que fique aqui, de facto, dito!”

Rejeitada a Tomada de Posição nº 18 /XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Treze (13) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do CH: 1

Dezassete (17) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1

Sete (7) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto, Rui Belchior, Nuno Capucha, Tomás Santos, Henrique Rodrigues e Armando Farias”.

Rui Belchior do PSD disse: “A questão, para nós, é muito simples: se isto é matéria que deve ser alvo de condenação, estamos absolutamente de acordo. Aliás se há partido – o Partido Social Democrata - com estes dirigentes, que têm aqui autoridade moral para falar sobre aceitação ou não de pelouros, somos nós. Por duas vezes - não foi uma! - duas vezes neste mandato o vereador sem pelouro, Bruno Vasconcelos, recusou aceitar algum pelouro. E a questão não está só no dito contributo em nome da população, dos munícipes, em fazer trabalho. Está em todas as regalias que importa a aceitação desse pelouro. Por isso, o conceito se nos vendemos ou não, é muito lato na nossa opinião. Portanto, nós recusámos porque é a nossa posição e não vamos alterar porque nós temos verticalidade. Nós daqui não saímos. E mais, abstemo-nos neste voto de condenação do PS por outra razão muito simples: estamos a falar do mesmo partido que coligado com o PCP e o Bloco de Esquerda em 2015 adulteraram a expressão representativa popular, colocaram um primeiro-ministro que não tinha ganho ou merecido a maioria dos votos dos portugueses e, portanto, nós nesse sentido não podemos reconhecer essa autoridade moral. Mais, o Partido Socialista em 2017 não aceitou só pelouros, fez um acordo amplo em toda a sua dimensão. Para



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

terminar nós vamos aguardar pelo nosso momento para nos pronunciarmos sobre este assunto. Nós achamos que este assunto é muito relevante e, de facto, este tipo de processos têm que terminar e nós havemos de defender alterações à lei que isto, de facto, não pode continuar e o eleitorado é enganado deliberadamente. Isto tem que terminar e tem que haver a capacidade do partido que elegeu de poder colocar um fim ao mandato daquele eleito, porque não é a cara do eleito que lá está, é a cara do partido é o símbolo do partido. Aliás, só para terminar, Sr. Presidente, só para terminar... só mesmo para terminar, o PCP não tem esse problema, que diga o Joaquim Santos que já deveria ter a declaração de renúncia assinada.”

Nuno Capucha do CH disse: “Nós, naturalmente, acompanhamos o PS porque a traição é algo geralmente recusada na nossa sociedade. Pegando na história do império romano e Edward Gibbon eu recordei a frase “Roma não paga a traidores”. Ora, esta frase tem a ver com a nossa história e foi aquilo que o general Romano Cipião disse aos três... curiosamente um número... que coincidência, aos três traidores que venderam Viriato. Rouba não paga a traidores e eles foram enforcados e isso nós vamos ver em 2025, 3 cadáveres políticos a baloiçar.”

Tomás Santos do PS disse: “Esta declaração de voto é... na verdade parece quase uma apresentação, mas tem que ser feita. Eu acho que ninguém percebeu muito bem o que é que está aqui em causa. Em nenhum momento nesta moção ou nas nossas intervenções nós dissemos que esta solução é ilegítima, que este acordo era ilegítimo. Nós nunca... o que dissemos é que, no nosso entender, é imoral e contraria o espírito democrático! E para não me alongar deixo aqui um exemplo que é claro: o PCP é um partido fundador da democracia atual, é um partido defensor da constituição! Ainda na última eleição presidencial o candidato apoiado pelo PCP andava - e, na minha opinião, bem - com uma constituição a dizer: “ Temos que defender este diploma. Temos que defender este... temos que concretizar o que aqui está.” O Chega foi o partido que garantiu a eleição de Henrique Freire, foi com o com o ideal desse partido, com o programa político desse partido que o Henrique Freire foi eleito... ele até se pode considerar independente, mas a realidade é que as pessoas que votaram nele, votarem nesse programa político! Ele é o representante desse programa político.”

Tomás Santos do PS disse: “Defende uma nova República. E uma nova República não se faz com a mesma Constituição, faz-se com outra Constituição. Nem sequer ter uma quarta república com a mesma Constituição da terceira. Bem, portanto há aqui uma contradição que é óbvia: defendem coisas diferentes, defendem visões que são diferentes. Portanto, não tem a ver com... não há mal nenhum em que haja acordos na Câmara Municipal, no PCP com o PS, do PCP com... não é essa a questão. A questão é quando são manifestas... que defendem visões da sociedade diferentes. Como é que podem gerir um município quando defendem visões diferentes para o mesmo? Como é que isso é possível? E ninguém aqui o explicou.”

O Independente Henrique Rodrigues disse: “Eu vou tentar esclarecer o Eleito Tomás Santos do PS e todos, em geral. O programa eleitoral autárquico com que nos apresentámos antes de sermos... de tomarmos a decisão da independência, não é nem nunca foi propriedade do partido



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

proponente dos eleitos do Chega, é certo que foi elaborado sobre o seu patrocínio, mas projeto comum, nenhum político profissional em fóruns informais onde cerca de 30 pessoas colaboraram direta e abnegadamente para se chegar ao documento final. Todas essas pessoas partilhavam de um certo descontentamento para com o rumo do país, com vontade de contribuir criativamente para a melhoria das condições de vida no nosso Concelho, melhor dizendo até, de participar no novo e desafiante projeto político, algumas se sentiram enganadas e vilipendiadas e por isso mesmo abandonaram, mas não abandonaram as suas ideias chave nem os independentes o compromisso com o eleitorado, passo a explicar. Acima da ideologia do partido proponente – Chega, estão as cerca de 70 propostas de que eu fui o redator principal coadjuvado pela Soraia em vários meses que nos reunimos com a participação destas cerca de 30 pessoas, mas tinha que haver alguém que as sistematizasse, dizia eu estão cerca de setenta propostas do programa eleitoral e todas as promessas eleitorais associadas, é aí que se encontra vertido o pacto com o eleitor, a palavra de cada um de nós, independentes, sendo que essas propostas serviram até bem recentemente para estruturar o direito da oposição em sede própria. Nestas propostas não está patente qualquer cambiante política radical ou fascista como por aí se diz, há sim uma pegada, digamos assim, evidente de conservadorismo que nós partilhamos. A verdade é que desde que os três eleitos do partido proponente, Chega, se desvincularam, apenas uma ínfima parte do programa eleitoral com que se apresentaram à população tem vindo à tona, preferindo-se crucificar o PCP, abordar questões de ideologia de género e outras matérias e assuntos que não estão de todo plasmados no compromisso inicial com o eleitor. A desvinculação desse partido com deriva autocrática e de personalidade foi para nós independentes uma inevitabilidade, um ato de higienização mental e política.”

Armando Farias da CDU disse: “É só para anunciar, Sr. Presidente, que apresentaremos a nossa declaração de voto nos termos regimentais.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o seguinte documento que é uma intervenção política do PSD. Tem a palavra Rui Belchior.”

II.8. Declaração política apresentada por Rui Belchior do Grupo Municipal do PSD

(Documento anexo à ata com o número 8).

Rui Belchior do PSD disse: “O Partido Social Democrata tem defendido inúmeras vezes a extinção do boletim municipal. Este executivo de forma sistemática, cínica e até antidemocrática tem defendido que o aludido boletim serve exclusivamente para informar os munícipes sobre a atividade da Câmara, uma pura descabelada mentira como bem demonstrou a última edição deste sorvedouro de recursos públicos, como se viu, o mesmo serve apenas para o executivo PCP fazer o que fez sempre, propaganda política. Desta feita o executivo comunista vai mais longe e num claro desrespeito pela verdade vitimiza-se e afirma na capa de tal pasquim que, o chumbo do orçamento trava projetos estruturantes para o Seixal. Pelos vistos são agora os malandros da oposição que impedem este executivo de fazer obras prometidas há mais de 20 anos e que nunca foram cumpridas em mandatos sucessivos. Se com este Presidente substituto, pela sua natureza



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

mais cordata, o ambiente e as relações entre as pessoas melhoraram, é preciso dizê-lo, já no que diz respeito ao estilo demagógico e populista o executivo endureceu ainda mais o seu estilo como demonstra cabalmente este último boletim municipal, ou mesmo como demonstra o lamentável foguetório de pressão e instrumentalização, a título de exemplo, na votação na Câmara do programa para as escolas dos Tóca a Rufar, com a lamentável insinuação, bacoca e falsa, que o PSD era contra um programa que antes e no ano anterior até já tinha votado a favor. Que este estilo lamentável de amedrontar as pessoas com anúncios negativos sobre as eventuais posições do PSD, instando-as a estarem presentes nos órgãos como forma de pressão, com o PSD, e dizemos já, não vale a pena e não resulta. Este PSD não é moldável aos interesses de ninguém e ainda recentemente voltou a demonstrar a sua verticalidade recusando pela segunda vez, como já aqui dissemos hoje, aceitar qualquer pelouro neste mandato, para nós PSD a palavra e a honra não são coisas vãs, nós, ao contrário de outros, não estamos cá para usufruir de regalias e de privilégios gentilmente cedidos pelo PCP e recusamos fazer qualquer entendimento que limite a nossa voz e o nosso objetivo, destronar o poder comunista no Seixal. Nós, ao contrário de outros, não estamos cá para tratar da nossa vida nem nos alimentamos da vaidade dos cargos e, por isso mesmo, não estamos disponíveis para fazer fretes ao poder instalado ou por este sermos aceites ou validados. Nós, Partido Social Democrata do Seixal, não precisamos disto.”

O 1º Secretário da Assembleia Municipal disse: “Passamos ao nosso nono documento deste período da ordem de trabalhos que é do BE, tem a a palavra o proponente, Mário Macedo.”

II.9. O Grupo Municipal do BE apresentou um Voto de Condenação “1 ano de barbárie”, subscrito por Mário Macedo.

(Documento anexo à ata com o número 9).

Mário Macedo do BE disse: “O Bloco de Esquerda traz hoje aqui um voto de condenação, pois esta é uma Assembleia Municipal que está perto de fazer um ano em que a invasão Russa da Ucrânia começou e esta invasão é um crime e uma tragédia para a humanidade. Ao longo do último ano combates intensos provocaram uma destruição generalizada em dezenas de milhares de mortos e feridos. As nações unidas estimam em cerca de dezoito milhões de pessoas que necessitam de ajuda humanitária para ter acesso à alimentação, abrigo, e medicação. Hospitais a pedirem ajuda internacional para funcionar inclusive para o fornecimento de eletricidade e de medicação básica, o que aproveito para elogiar a postura de Portugal que ainda recentemente, este mês, enviou oito geradores e duas toneladas de material médico para ajudar nos hospitais ucranianos, que farão realmente bastante diferença àquela população que está muito carenciada. O tempo em que países recorriam à guerra da pressão e invasão para redefinir as suas fronteiras deveria ter ficado no passado. Eu quero terminar a minha a minha apresentação citando o embaixador do Quénia, nas Nações Unidas, em abril do ano passado, quando ele dizia que, o Quénia assim como quase todas as nações africanas, nasceu como resultado do fim de impérios. As nossas fronteiras não foram desenhadas nem decididas por nós. Foram desenhadas por potências imperiais distantes, em Londres, Paris ou Lisboa sem terem em consideração a nossa história e cultura, mas decidimos



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

olhar em frente em vez de manter visões retrógradas e tão perigosas nostalgias. Escolhemos seguir as regras da União Africana e da ONU não porque estamos satisfeitos com as nossas fronteiras, mas porque queremos construir algo maior e baseado na paz e na cooperação. Assim, nós pedimos para a nossa Assembleia Municipal do Seixal, coordenar e sermos mais fortes que a invasão e a pressão russa à Ucrânia, apelar à retirada das forças russas e organização sobre a égide da ONU num roteiro para a paz e a apelar para uma paz justa e duradoura que implique necessariamente uma Ucrânia livre, independente e democrática.”

Aprovada a Tomada de Posição nº 19/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e sete (37) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 16
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto, Nuno Capucha, Tomás Santos e Armando Farias.”

Nuno Capucha do CH disse: “Votámos favoravelmente porque há cerca de um ano também condenámos, votámos para que, creio que todas as moções que se apresentaram para condenar a invasão da Rússia e foi logo a seguir, em março, portanto, há cerca de 1 ano, apresentámos uma moção, moção essa que visava o acolhimento de refugiados ucranianos no Seixal e aproveito esta minha declaração de voto para dizer que em breve iremos interpelar a Câmara Municipal para averiguar sobre o cumprimento desta moção aprovada na Assembleia Municipal e calculo... sei que nada se fez, mas iremos à mesma interpelar a Câmara Municipal.”

Tomás Santos do PS disse: “Esta declaração de voto é para dizer que não deixamos de reconhecer com estranheza o sentido de voto do PCP porque no mesmo dia em que vota a favor desta moção aqui nesta Assembleia desta forma, o PCP critica a condecoração ao Presidente Volodymyr Zelensky, Presidente da Ucrânia, dizendo que personifica um poder xenófobo, belicista e antidemocrático. Enfim, não se percebe.”

Armando Farias da CDU disse: “A CDU votou favoravelmente esta moção porque o fundamental é parar a guerra. Contudo importa acrescentar mais algumas considerações para que se compreenda a necessidade absoluta de parar com esta guerra. Não ignoramos que as ameaças que hoje pairam no horizonte são a expressão da escalada de confrontação em que a Ucrânia é usada como um



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

instrumento de forças e procura a todo o custo conseguir a via do reforço do militarismo como opção de fortalecer a sua posição hegemónica sobre outros povos do mundo. Reiteramos que não é possível branquearmos razões nos envolvimento que desde 2014 levavam à realização do conflito e nas quais participaram ativamente as forças que hoje estão na primeira linha do militarismo e da guerra. Os Estados Unidos, a União Europeia e a NATO. Nesta espiral de confrontação torna-se também cada vez mais evidente que a política de aplicação de sanções, saliente-se, impostas à margem das Nações Unidas, tem profundos impactos económicos, particularmente nos países da Europa impondo enormes sacrifícios aos trabalhadores e aos povos, atacando os seus direitos, tal como a situação de pandemia que foi usada pelo grande capital para agravar a exploração e o processo negocial, acentuar a concentração e a centralização da riqueza e lançar sobre os trabalhadores dos povos os custos de uma crise que já se anunciava. Também a guerra está a servir de instrumento dos lucros económicos e financeiros e do complexo militar industrial para agravar as condições de vida, com o conseqüente e brutal agravamento das desigualdades. Acresce que ao longo deste período foi levado longe de mais a calcificação, a discriminação, a manipulação e a censura da informação a propaganda de guerra, a instigação do ódio, medo, o branqueamento do fascismo, o fomento de concessões reacionárias do anticomunismo, a promoção das forças de extrema-direita e fascizantes, o ataque às liberdades e à democracia. É preciso parar a confrontação e a guerra seja na Palestina, no Sara Ocidental, na Síria, no Líbano ou na Ucrânia, com as trágicas conseqüências e os sérios perigos que a comportam. É necessário defender o diálogo com vista à paz, olhando às causas dos conflitos e não instigar e alimentar uma escalada de conseqüências imprevisíveis. Os povos querem e precisam de cooperação e de paz não de mais iniciativas que incitam à confrontação e à guerra.”

II.10 O Grupo Municipal do PS apresentou uma Moção: “Pela implementação de um programa municipal de apoio à habitação”, subscrita por Isabel Antas.

Retirada por falta de tempo.

II.11 O Grupo Municipal do PS apresentou uma Moção: “Por um Seixal sem mutilação genital feminina”, subscrita por Fátima Carvalho.

Retirada por falta de tempo.

III – Período da Ordem do Dia.

III.1. Ata nº 10/2022 – 6ª Sessão Extraordinária, de 13 de dezembro de 2022. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o numero 10)

III.2. Ata nº 11/2022 – 5ª Sessão Ordinária, de 15 de dezembro de 2022. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o numero 11)



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “O primeiro ponto é a ata nº 10 de 2022, da sexta Sessão Extraordinária de 13 de dezembro de 2022. Não podem votar por não terem estado presentes na sessão Hernâni Magalhães, Manuel Janeiro, Maria João Costa, Anabela Gomes, Diamantino Moreira, Mário Macedo.”

Passamos para a ata Nº 11 de 2022, que é da quinta Sessão Ordinária de 15 de dezembro. Não podem votar por não terem estado presentes, Hernâni Magalhães, Manuel Janeiro, Maria João Costa, Orlando Ribeiro, Anabela Gomes e Joana Ideias.”

Aprovada a Deliberação nº 06/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e um (31) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 13
- Do grupo municipal do PS: 10
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 1
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Aprovada a Deliberação nº 07/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e um (31) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 12
- Do grupo municipal do PS: 11
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 1
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

III.3. Informação sobre requerimentos de eleitos da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto três, informação no quadro do Regimento sobre requerimentos de eleitos da Assembleia Municipal. A informação dos requerimentos é colocada na plataforma para todos os eleitos terem conhecimento prévio.”

III.4. Informação sobre o trabalho em curso das Comissões da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Ponto quatro, informação sobre o trabalho em curso das comissões da Assembleia Municipal. Intervenção dos Srs. Coordenadores, Armando Farias.”

Armando Farias da CDU disse: “É uma informação sucinta. Reuniu em dez de fevereiro a comissão permanente de desenvolvimento estratégico, plano, orçamento e gestão financeira, como habitualmente, reúne a comissão para debater previamente às Assembleias onde constam estas matérias. Nesta reunião debateram-se os pontos três/sete a três/quinze desta ordem de trabalhos, foram colocados pedidos de esclarecimento pelos membros da comissão ao Sr. Presidente da Câmara, também esteve presente o Sr. Presidente da Assembleia, foi respondido a todos estes esclarecimentos, não houve mais nada de relevante a acrescentar.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para os pontos cinco e seis, apresentação e apreciação conjunta no modelo acordado em conferência de líderes.”

III.5. Apreciação de informação da Câmara, sobre a atividade desta, nos termos e para efeitos das alíneas a) e b) do n.º2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

(Documento anexo à Ata com o numero 12)

III.6. Apreciação de informação do Presidente da Câmara, sobre a atividade do município e situação financeira do mesmo, nos termos e para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

(Documento anexo à Ata com o numero 13)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “A informação foi enviada para todos os eleitos da Assembleia Municipal. Espero que a tenham lido, se houver algum esclarecimento a fazer será respondido.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a este ponto, Fernando Sousa, Manuel Janeiro, Carlos Pereira, Samuel Cruz.”

Fernando Sousa da CDU disse: “Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de informar a Assembleia em relação à cedência, do protocolo que foi feito com a Casa do



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Educador no Concelho do Seixal, relativo à construção de, portanto, do equipamento de residência para seniores.”

Manuel Janeiro da CDU disse: “Era para colocar uma questão ao Sr. Presidente, como nós sabemos todos o problema da habitação e nomeadamente a habitação para jovens, a renda acessível, é um problema gravíssimo no país e no Concelho, tivemos conhecimento de que a Câmara recentemente adquiriu 12 lotes de terreno na Freguesia da Arrentela para construção de noventa e seis fogos, e gostaríamos que o Sr. Presidente esclarecesse a Assembleia sobre esta iniciativa e sobre esta questão.”

Carlos Pereira da CDU disse: “Sr. Presidente, eu lutei a favor do orçamento da concessão do pavilhão desportivo de Fernão Ferro. Gostava de saber qual o ponto de situação.”

Maria João Louro da CDU disse: “Gostaria de colocar a questão de qual a informação que tem sobre a visita do primeiro-ministro a Vale de Chicharos bem como da reunião com a Infraestruturas de Portugal.”

Samuel Cruz do PS disse: “Sr. Presidente, eu vinha aqui colocar uma questão que tem a ver com o Seixal Criativo, que quando discutimos aqui o orçamento eu disse que era uma boa proposta da Câmara Municipal do Seixal, mas é verdadeiramente inacreditável o jeito que têm para meter o pé na lama, porque seria um projeto nobre, interessante, eu queria que explicasse esta cronologia de acontecimentos que eu tenho dificuldade em perceber. No dia 23 de novembro de 2022 foi aprovado o projeto Seixal Criativo. No dia 14 de dezembro, eu suponho que da parte da manhã, da parte da tarde já não dava, foi constituída a associação que eu tenho aqui, We Can Find Us, parece uma coisa assim de motoqueiros. 14 de dezembro à tarde, ou seja, no mesmo dia em que a associação foi constituída o gabinete da juventude apresenta a seguinte proposta: assunto: Seixal Criativo, protocolo de cooperação, aprovação de minuta. Portanto, é de facto fantástico esta cronologia. A associação We Can Find Us de manhã vai à conservatória, cria a associação, vai a correr à Câmara, apresenta o seu projeto, no mesmo dia o técnico superior da autarquia elabora uma proposta a dizer toma lá 50.000 euros, 50.000 euros, não é?! Se quiser os documentos eu posso lhe faturar, se tiver aqui alguma dúvida estão aqui todos. E, portanto, dia 21, uma semana depois, é aprovado na Câmara. De facto o Presidente da associação não tem muito jeito para gerir empresas, como é conhecido um dos maiores calotes BES, mas tem jeito para constituir associações, não é? E a Câmara tem em particular esta capacidade de antevisão que é uma semana ou 15 dias antes... há uns Srs. para a semana vão criar uma associação, que é uma associação muito interessante e nós vamos dar-lhe 50.000 euros que é para fazer aqui uma coisa gira, e eles sem saberem disto vão ao registo, criam, vêm aqui, logo no mesmo dia levam 50.000. É de facto interessante, Presidente, e gostava que me explicasse isto, enfim, em especial à luz da lei da república e muito em particular aqui no Concelho do Seixal há um movimento associativo que normalmente clama por mais apoios e não tem de certeza absoluta esta celeridade.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Hernâni Magalhães da CDU disse: “Três questões, duas sobre Miratejo, uma sobre a Freguesia de Corroios e mais propriamente sobre Santa Marta do Pinhal. Protocolos com a Associação de Moradores de Santa Marta do Pinhal, a cedência de espaços no centro comercial de Miratejo a três associações e a construção da creche, no caso, na parte nascente do Parque José Afonso. Gostaria de saber se o Sr. Presidente nos pode dar informações mais detalhadas sobre estes três assuntos.”

Mário Macedo do BE disse: “Eu quero colocar duas ou três questões sobre a área da saúde ao Sr. Presidente da Câmara. Começando pela primeira, a direção executiva referiu recentemente a sua ideia de criar unidades locais de saúde um pouco por todo o país, não se referiu especificamente, mas ficou subentendido que o Concelho do Seixal também ficaria na futura unidade local de saúde que irá englobar o Hospital Garcia da Orta o... Almada/Seixal e o futuro Hospital do Seixal, gostaria de saber o que é que sabe ou que é que tem a dizer sobre este assunto. Também gostaria de perguntar sobre o projeto Via Verde em Corroios. Nós, já aqui o referi, o Bloco de Esquerda não é contra o projeto Via Verde, achamos que é uma forma até de conseguir dar resposta a uma zona que está carenciada e que está a ser negligenciada por parte do ministério da saúde, mas entendemos que a Via Verde deve ser entendida como algo temporário e não como algo estruturante mas nós, os enfermeiros, há duas semanas recebemos propostas de trabalho por avença, ou seja, prestação de serviços a recibos verdes, para ir reforçar a Via Verde, o que nos preocupa, porque pelos vistos está a ser entendido como algo estruturante e não como algo temporário. E, por fim, para finalizar esta intervenção e estas questões, queria saber, o ano já passou, o Orçamento de Estado já está em execução, que novidades tem para nos dar sobre o hospital do Seixal.”

Samuel Cruz do PS disse: “É só para completar, estava aqui a consultar os meus apontamentos e esqueci-me de uma coisa também relevante para aquilo que eu queria ter dito anteriormente. É que o processo administrativo para atribuir estes 50.000 euros tem só três páginas e do processo não consta sequer o pedido da associação, do apoio, que é uma coisa ainda mais relevante que é, alguém na Câmara adivinhou que aqueles Srs. queriam o dinheiro, que nem era preciso pedir, acho uma coisa deliciosa, ou então os processos quando são instruídos, os processos administrativos, não têm qualquer tipo de rigor e como têm o hábito e, esse também tem, o hábito das folhas não serem numeradas, aquilo entra e saem folhas conforme a malta quer, mas só que isso não é legal.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “A primeira questão, a cedência do terreno para a construção da ERPI e da estrutura residencial para pessoas idosas da Casa do Educador, portanto, é um dos muitos protocolos que a Câmara está a fazer com as associações ligadas aos nossos seniores para a construção de estruturas residenciais para pessoas idosas no Concelho do Seixal. Portanto, no âmbito do PAR já se conseguiu a aprovação de uma candidatura que é a ERPI de Fernão Ferro no âmbito do PRR conseguiu-se a ERPI do Casal do Marco, estamos agora a preparar para a abertura, se houver, mas está anunciado que vai haver, novas candidaturas ao PRR para a construção de ERPI's. Estamos a preparar Paio Pires, Pinhal de Frades, também a requalificação da ARIFA e tam-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

bém fomos contactados pela Casa do Educador, que estavam interessados em avançar com um projeto, reunimos, vimos a valorização do projeto e conseqüentemente também avançámos com a cedência do terreno e um apoio à execução do projeto da Casa do Educador para a construção também aqui de uma estrutura residencial, aproveitando a janela do PRR e apoiando estas instituições nas candidaturas à construção deste equipamentos tão essenciais aos nossos seniores. Quanto à questão da habitação, a Câmara Municipal do Seixal anunciou previamente que adquiriu 12 lotes de terreno onde irá construir noventa e seis fogos para arrendamento acessível. Visamos com este projeto as famílias que podem pagar uma renda, mas que não podem pagar as rendas que se praticam atualmente no mercado de arrendamento aqui no Concelho, um T2 é difícil conseguir encontrar a menos de 700 euros. Quem tenha um ordenado de 1.000 euros não pode pagar 700 euros por uma renda de casa. Qual é que é o nosso objetivo, de fazermos um programa que tem de ser auto-financiado e que irá colocar casas no mercado de arrendamento a cerca de trezentos e cinquenta, 400 euros, que permitirá a muitas famílias aqui do Concelho poderem arrendar a casa e terem uma habitação digna. É esse o nosso objetivo, achámos interessante o Partido Socialista apresentar hoje uma moção neste sentido, mas já estamos habituados que assim que a Câmara anuncia um projeto, na Assembleia Municipal seguinte o PS vem apresentar uma moção que é a cópia daquilo que a Câmara anunciou, ficamos contentes, demonstra o bom trabalho que estamos a fazer e outros como não têm ideias vão copiando aquilo que a gente faz. Mas sobre esta questão da habitação acessível vamos trabalhar, o nosso objetivo é chegar aos 500 fogos, estamos a fazer mais um levantamento de terrenos municipais passíveis de construção plurifamiliar, também identificámos um conjunto de terrenos que são propriedades do Estado português e que estão situados no Concelho do Seixal, são cerca de 50 terrenos e que iremos também pedir ao Estado, que tem estes terrenos totalmente devolutos, não lhes dá qualquer utilização, que os entregue à Câmara Municipal para também desenvolvermos o nosso plano de habitação e, portanto, são 65 lotes de terreno existentes no Concelho do Seixal propriedade do Estado português. Já tínhamos anteriormente identificado fogos habitacionais que pedimos ao Governo que os entregasse a quem poderia e irá dar a devida utilização, vamos agora também fazer este pedido relativamente a estes lotes de terreno para desenvolvermos este plano de habitação, para conseguirmos fazer um plano auto sustentável. Portanto, a ideia é que depois com as rendas que vão sendo pagas pelos arrendatários, se consiga pagar um empréstimo e se consiga assim, sem encargos para a Câmara, conseguir a habitação digna para os Seixalenses. A questão da construção do pavilhão de Fernão Ferro, estamos a diligenciar, a terminar o projeto, dizer que vamos construir este pavilhão já no local onde, que está reservado para a construção da escola do segundo e terceiro ciclo e secundária de Fernão Ferro, para depois ser o futuro pavilhão escolar tendo uma utilização durante o dia para a escola, à noite e fim de semana para as coletividades da Freguesia. Ou seja, estamos a antecipar ao Governo a necessidade de construção da escola básica de segundo e terceiro ciclo e secundária de Fernão Ferro, o Governo não dá resposta a esta justa reivindicação da população, o Governo não cumpre com as suas obrigações, mas a Câmara Municipal na sua parte já vai avançar com a construção do pavilhão, que quando o Governo decidir avançar para a construção da escola já estará



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

construído. Nesta primeira fase estará só ao dispor da população do movimento associativo, mas depois também estará ao dispor da escola. É assim que se trabalha a pensar no futuro. A visita do senhor Primeiro-Ministro a Vale de Chícharos foi muito importante, portanto, veio ver como está a ser feito o realojamento de Vale de Chícharos por parte da Câmara Municipal do Seixal e há uma frase do senhor Primeiro-Ministro que fica dessa visita, é que considerou exemplar o modelo de realojamento que está a ser feito pela Câmara Municipal do Seixal. Um realojamento que não vai criar novos bairros, com todos os problemas daí provenientes, toda a gente sabe o que tem acontecido com os bairros sociais que têm sido criados, nós estamos a distribuir, portanto, estas famílias pela malha urbana fazendo assim o necessário enquadramento social das mesmas, um realojamento que está a ter um grande êxito com a incorporação, portanto, dessas famílias na malha urbana do Concelho do Seixal. A reunião que tivemos com a Infraestruturas de Portugal foi uma reunião muito importante em que colocámos as prioridades de cada uma das instituições, são duas instituições que procuram servir a população, foi isso que eu pus em cima da Mesa e que a Infraestruturas de Portugal também considerou que esse é o objetivo e vimos que temos que trabalhar para conseguir resolver os problemas, nomeadamente das acessibilidades. Foi uma primeira reunião, vão realizar-se, brevemente, reuniões com a participação dos técnicos, foi visto que não vamos andar a mandar ofícios para cá, ofícios para lá, vamos juntar os técnicos, vamos discutir os problemas e vamos encontrar soluções. A questão do Seixal Criativo, depois de um momento hilariante com a reunião secreta à porta do Eleito Samuel Cruz, vem agora com uma teoria da conspiração pelo eleito Samuel Cruz. Quando foi apresentado o Seixal Criativo, no final de novembro, foi dito desde logo que seria coordenado pelos professores António Câmara e Edmundo Nobre, desde o primeiro momento que apresentámos os coordenadores do projeto. Apresentámos ainda os restantes elementos da equipa, gestão de projetos, o Filipe Coelho na gestão de projeto, Francisco Ribeiro na comunicação, Nuno Cardoso, inteligência artificial, realidade aumentada e virtual, Tiago Carita, modelação tridimensional, hardware e prototipagem. Portanto, isto está no site da Câmara Municipal e com data de 7 de dezembro, portanto, a apresentação foi antes e desde logo dissemos quem era a equipa que iria coordenar e quem era a equipa que iria estar no projeto. Isto foi público, foi aqui no auditório municipal, portanto, resultou de reuniões que tivemos com várias entidades em que pedimos que apresentassem propostas, houve entidades a apresentar propostas. Os professores António Câmara e Edmundo Nobre, disseram-nos depois que para este projeto iriam constituir uma associação, apresentaram-nos a associação constituída por eles e, portanto, o contrato foi feito com os mesmos, portanto, foi dentro da contratação pública, é perfeitamente legal face ao projeto em si. Está tudo aqui assim, as coisas foram avisadas, não foi a 14 de dezembro com constituição da associação que eles vieram a correr a dizer “olha temos aqui este projeto”, não, o Sr. eleito Samuel Cruz devia saber que já tinha sido apresentado antes, já tinham decidido quem eram as pessoas, eles depois decidiram constituir esta associação, está no âmbito da sua liberdade contratual de acharem que devia ser através desta associação constituída para o efeito para desenvolver este projeto, mas estando tudo anunciado previamente e com toda a lisura. Dizendo quanto a isto que está a ser um sucesso, estão a haver reuniões em todas as escolas secun-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

dárias, uma grande adesão dos jovens do concelho a este projeto e vai ser, sem dúvida, um projeto muito importante para capacitação dos nossos jovens para a melhoria das suas capacidades. A questão da creche do Carmo foi a primeira creche que iniciou a construção, portanto, estão aprovadas três candidaturas no âmbito do PARES para a construção de creches, esta do Carmo, e depois outra no Kapa, que também se vai iniciar brevemente e outra na CRIAR-T que está a terminar o processo burocrático. São projetos que vão ser comparticipados pela Câmara Municipal, portanto, as candidaturas eram a 100%, mas vai-se verificar que no final da obra será o valor municipal superior ao valor obtido pelas instituições através das candidaturas. Portanto, será um valor, tinha sido anunciado a 100%, mas depois é muito abaixo dos 100%, mas a Câmara Municipal do Seixal reconhece a importância destes projetos para o desenvolvimento social do Concelho do Seixal, e vai estar aqui a apoiar para esta creche em cerca de meio milhão de euros. Também tem havido da nossa parte um esforço para capacitação das nossas associações culturais, o nosso objetivo é que o auditório que adquirimos e que reabilitámos no centro comercial de Miratejo esteja ao serviço do movimento associativo cultural do Concelho do Seixal, e neste sentido cedemos também lojas que adquirimos nesse centro comercial a três associações da área cultural do Concelho do Seixal. São três associações com um grande trabalho na área cultural aqui neste Concelho e que irão estar agora mais capacitadas para o desenvolvimento da sua atividade e também para a dinamização do auditório municipal do Miratejo. A questão da saúde, as questões que foram colocadas pelo Bloco de Esquerda relativamente às questões da saúde, portanto, não temos nenhum conhecimento das unidades locais de saúde, não houve qualquer conversa com a Câmara Municipal, fui contactado esta semana pela Presidente do Conselho de Administração do hospital Garcia da Orta a dizer que era necessário reunirmos com alguma urgência e vamos ter a reunião para a semana, não sei se este assunto irá ser colocado em cima da mesa, perguntámos qual era o objetivo e o que nos foi dito é que seria a análise dos projetos de parceria existentes entre a Câmara Municipal do Seixal e o Hospital Garcia da Orta, e análise de projetos de colaboração futuros. Se houver qualquer informação sobre isto será dada aos Srs. eleitos da Assembleia Municipal. O hospital do Seixal, havia o compromisso do projeto estar concluído no final do primeiro trimestre de 2023, houve uma reunião na semana passada entre a equipa técnica da Câmara Municipal do Seixal e a equipa técnica contratada pela administração regional de saúde de Lisboa e Vale do Tejo para desenvolver o projeto e o que vimos é que ainda está bastante atrasado, com situações que consideramos inadmissíveis. Portanto, para fazer o levantamento topográfico é necessário mandar uma carta registada para a GNR, aparece um funcionário da GNR para franquear a entrada aos técnicos, mas às 16h diz que como saem às 17h, têm que se ir embora porque eu tenho que fechar as instalações, e isto tudo está a atrasar a elaboração, a conclusão do projeto. Esperemos que se cumpram os prazos, mas estou muito cético. Quanto à Via Verde em Corroios, concordamos inteiramente com o Bloco de Esquerda, isto tem que ser uma situação transitória, esperemos que seja uma situação transitória, o que queremos e o que defendemos é que todos os habitantes do Concelho do Seixal têm que ter a sua equipa de família com médico e com enfermeiro, é isto que nós pretendemos, encaramos este assunto como assunto transitório, este da Via Verde, que dá uma resposta a quem não tem



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

esta equipa de família constituída, mas que tem de ser transitória porque defendemos que todos têm que ter o seu médico de família, o seu enfermeiro e que é esse o objetivo que nós temos.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a a palavra Samuel Cruz.”

Samuel Cruz do PS disse: “Queria falar sobre o Presidente da Câmara e classifico a sua intervenção como hilariante, como se gastar o dinheiro público, e eu reconheço que possa ter alguma graça a intervenção, mas gastar o dinheiro público desta forma não tem nada. E depois o Sr. Presidente da Câmara está algo confuso, e eu até tenho boa ideia, de facto, da sua capacidade profissional e ainda consigo perceber aquilo que aqui disse. Se não vejamos, contactamos umas pessoas para fazer um projeto, assim uma coisa nebulosa, não se percebe bem quem eram, em data anterior, pronto. Depois diz, depois fizemos a contratação pública, quer dizer, não há nenhuma contratação pública! Eu percebo a confusão porque você, de facto, contratou aquelas pessoas, na sua cabeça está no campo da contratação pública que era assim que devia ser feito, estava a contratar um serviço, mas aquilo que foi à Câmara não foi contratação pública e não tem nada a ver com contratos públicos. É um protocolo de cooperação com uma associação, é outra coisa, o que prova que essas pessoas queriam prestar um serviço à Câmara e depois escolheram uma forma mais vantajosa de receber o dinheirinho, e a Câmara embarcou nisso. Ora, é uma coisa que, de facto, não devia acontecer! A Câmara não devia negociar com entidades que não sabe quem são, que não têm personalidade jurídica e não devia tentar contratar técnicos que a meio do processo dizem: olhe, mas agora dá-me mais jeito receber pela associação porque eu aqui pago IRS. Está a ver? Este tipo de conclusões todas, nas empresas privadas todo o mundo faz como quer, quando estamos a gerir o dinheiro público é de outra maneira e é de uma maneira mais séria, mais sérios os procedimentos. Estes officios não têm número, as páginas não são datadas, a administração pública não é assim que funciona, é de outra forma, é obrigatório os processos estarem numerados. As folhas não entram e não saem conforme dá mais jeito, todas, da primeira à última.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Primeiro, não contactámos umas pessoas quaisquer! Portanto, contactámos, para desenvolver um projeto que tínhamos, para capacitação e para os nossos jovens, várias personalidades com um currículo nestas áreas que dispensam apresentações, com projetos reconhecidos em todo o mundo. O professor António Cândido e o professor Edmundo Nobre têm projetos no mundo inteiro, portanto, são pessoas que dispensam apresentações e acho que fica mal dizer: contactámos pessoas, assim alguém sem importância. Portanto, não foi isso que aconteceu, as pessoas foram contactadas e não é conforme dá mais jeito, mais vantajosas para receber o dinheirinho, não é, depois como são várias pessoas, não são só eles os dois, é uma equipa e foi apresentada, e decidiram fazer a constituição da associação para depois fazer o protocolo com a Câmara. Portanto, e fazer a capacitação dos nossos jovens é uma forma muito importante, é um investimento e o PS devia aprender o que é um investimento no futuro, e investimento no futuro é investir na melhoria da capacitação dos nossos jovens. É isso que nós estamos a fazer e com pessoas de reconhecido mérito.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Duas referências, o eleito Manuel Guerreiro teve que se ausentar justificadamente, esperemos, é uma situação familiar, que tudo esteja a correr bem. Uma outra referência, tem a ver com o conhecimento há pouco através das redes sociais a um comentário a uma fotografia de eleitos no decorrer desta Assembleia. Ora, isso não é permitido, porque temos apreciado esta matéria no quadro da elaboração do novo Regimento já com um entendimento para as futuras transmissões online. Neste sentido peço, com a minha competência de direção da Assembleia, que este tipo de situações não se repitam.”

III.7. Mapa de “Demonstração do Desempenho Orçamental” referente ao exercício de 2022. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o numero 14)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto seguinte que é o sétimo, Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental, Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “O artigo 81º da Lei do Orçamento de Estado para 2023 que estipula que, após a aprovação do mapa de demonstração do desempenho orçamental, pode ser incorporado por execução orçamental antes da aprovação dos documentos de cessão de contas e saldo gerência de execução orçamental. No caso aqui do Seixal, com a não aprovação do orçamento para 2023 ficou acordado que se mantivesse em vigor o orçamento da Câmara Municipal do Seixal que estava em 31 de dezembro de 2022, que já integrava o saldo de execução orçamental de 2021, no montante de 22.132.049,73 euros. É um saldo que é superior ao saldo de 2022, que era de 21.768.750,89 euros, o que faria com que estivéssemos a trabalhar com um orçamento que incorporava um saldo de execução orçamental superior ao que efetivamente se estava a verificar, pelo que vimos apresentar, portanto, este saldo de execução orçamental para ser incorporado e depois corrigir o orçamento que está em vigor na Câmara Municipal, que em virtude do chumbo do orçamento que apresentámos para 2023, é o orçamento que vigorava a 31 de dezembro de 2022. Portanto, o que há aqui mais a dizer, portanto, em 2022 as contas apresentam a maior receita de sempre cobrada pela Câmara Municipal, apesar dos elevados investimentos que foram feitos em obras estruturantes para o Concelho do Seixal e falo no jardim de infância da Quinta de São Nicolau, Corroios, o jardim de infância da Aldeia de Paio Pires, a construção que estava a bom ritmo das obras do centro cultural da Amora, da Aldeia do Bongo, do pavilhão desportivo da cidade de Amora, do complexo desportivo do Pinhal General, do parque metropolitano da biodiversidade, o centro náutico de Amora, o parque urbano do Miratejo, e tantas outras obras, portanto, fechámos com saldo positivo no montante de 21.768.750,89 euros que vêm no acordo dos termos do que eu já aqui tinha dito, estes 20 milhões são uma almofada financeira existente na Câmara Municipal para em caso de alguma crise acentuada como houve há uns anos atrás podermos socorrer-nos e termos a capacidade financeira de fazer frente a essa situação. Para qualquer outra situação estou ao dispor dos Srs. Eleitos para responder.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções relativamente a este ponto, Sérgio Ramalhete, Samuel Cruz e Armando Farias.”

Sérgio Ramalhete do PS disse: “Estive a analisar o desempenho e, pronto, o Sr. Presidente já disse, foi o ano de melhor arrecadação de receita e, de facto, é bastante visível quando analisamos o IMT, de 25 milhões de euros face ao que estava orçamentado de 17 milhões. Ao nível da receita global, estamos a falar de mais de 26 milhões de euros, um crescimento de 23% face a 2021, e não está a incluir o saldo de gerência dos tais 21 ou 22 milhões de euros, que ainda não percebi muito bem se é para almofada, se é para investimento, sei que se vai utilizar um subterfúgio de incorporação do saldo de gerência com máximo de retificações orçamentais, pronto. O Partido Socialista tinha razão, era possível reduzir a taxa de IMI para 0.3%, era possível reduzir a comparticipação do valor pago pelos munícipes em IRS em 2%, se calhar se as coisas tivessem sido feitas o orçamento tinha sido aprovado nesta Assembleia, por isso, não critiquem tudo aquilo que o Governo Socialista faz, pois aqui é bem visível que é possível fazer melhor. Continuamos a ver uma fraca capacidade de investimento, uma redução de 35% face a 2021, menos 13 milhões de euros. O Seixal está em 9º lugar nos municípios com maior volume de receita cobrada em 2021, 145 milhões de euros, e pelo que vejo em 2022 este ranking deve-se manter. Para ter noção, entre 2019 e 2022, a receita total cresceu 41 milhões de euros, mas entre 2019 e 2022 nada muda no que se refere à despesa de investimento. A agravar esta situação, a Câmara Municipal do Seixal está em 9º como município com maior volume total de despesa paga em juros, entre 2010 e 2021, estamos a falar de 18 milhões de euros pagos em juros. Cada contribuinte contribui com 110 euros para pagar esse erro do executivo CDU, o município que em 2021 mais agravou a dívida pública nacional com volume de empréstimos foi o Seixal, com 19.7 milhões de euros. De facto, este município é campeão a arrecadar receita, mas desastroso em colocá-la ao serviço da população. Quem quiser ter uma boa noite de sono analise este documento, ou seja, nada acrescenta no que concerne à demonstração significativa da capacidade de investimento, contudo quem não está habituado pode, pelo menos, ter pesadelos. Vou dizer uma frase de Thomas Edison que inventou a lâmpada elétrica incandescente: “eu não falei, apenas descobri dez mil maneiras que não funcionam, mas não desisti até acertar”. Ainda não perceberam que utilizar a mesma estratégia e esperar resultados desses, é algo que ainda não ultrapassaram? Vou dizer uma frase confusa, “somente os extremamente sábios, ou extremamente estúpidos é que não mudam.”

Samuel Cruz do PS disse: “Eu vou, nesta intervenção, debruçar-me sobre este assunto, mas está intimamente ligado ao próximo ponto da ordem de trabalhos e, portanto, uma coisa será encadeada com a outra porque me parece importante. A análise financeira já foi feita pelo Sérgio Ramalhete, foi bem feita, e aquilo que há de absolutamente relevante é que há aqui 27 milhões de euros que foram cobrados aos munícipes, foram entrando nos cofres da Câmara, e que não foram utilizados. E uma gestão responsável, quando isto acontece, o que é que faz? Pode baixar impostos, e se baixasse os impostos, como o Partido Socialista aqui propôs para as taxas mínimas, ia arrecadar menos 8 milhões de euros, e queria dizer que mesmo assim, a Câmara continuava a ter ao seu dispor



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

19 milhões de euros que não era capaz de utilizar, e para esses 19 milhões de euros tinha que fazer uma coisa que a CDU já parece incapaz de fazer que era de melhorar a sua capacidade de executar porque os saldos de gerência não são do ano passado, não são algo que aconteceu e que não devia ter acontecido, ou que é esporádico. Não, são sistemáticos e são sistemáticos nesta ordem de valores, aliás, vêm sempre a crescer. Segundo ponto, é que isto vem aqui em coligação com o segundo ponto, a lógica de tudo o que fazemos aqui é apresentarmos nas eleições um programa Eleitoral e depois quem ganha é através do orçamento que coloca esse programa eleitoral em curso, em execução. Acontece uma coisa que é, o Partido Comunista Português teve quase menos de metade dos votos de todos os outros que não votaram a favor do orçamento que aqui foi apresentado e agora arranhou uma coligação com o ex-Chega, e esta coligação tem um problema que não é uma coligação, é segura na Câmara, e irá inviabilizar tudo o que seja feito acerca do orçamento na Câmara, mas não é absolutamente segura nesta Assembleia. E, portanto, o que é que há a fazer? Fazer com que esta Assembleia não se pronuncie sobre o assunto, vamos desviar a Assembleia deste assunto, e é isto que é feito com estas duas deliberações, e como? Há duas formas de mudar um orçamento municipal, uma é a revisão que é a que temos aqui hoje, e a outra é a modificação. Com o chumbo do orçamento entra em vigor o orçamento de 2022, a zero, ou seja, como se não tivesse sido gasto nenhum valor daquela rubrica. Que problema é que isto tem para o executivo municipal? Eventualmente, quer lançar novos projetos que não constam lá e, portanto, esse é o grande problema. Qual é a habilidade da Câmara aqui hoje? Traz esse dinheiro, a seguir traz-nos uma revisão orçamental mas a qual não nos é possível aferir do ponto de vista político porque está tudo, já não me lembro bem, se é 100 euros ou 1000 euros, está a abrir as rubricas todas, não é? Abre as rubricas todas, projetos novos, nós não sabemos se vão ter rubrica ou se não vão ter rubrica, aquilo não diz lá nada, mas a partir do momento em que aprovamos a revisão, depois nada disso, esta incorporação deste saldo que estamos aqui a votar neste ponto de ordem de trabalhos, já ninguém nos vai dizer como é que vai ser votado porque isso, a partir daí, passa a ser tratado entre o PCP e o Henrique Freire, não é? A modificação orçamental já é possível fazer assim e é por isso que o Partido Socialista vai votar contra e apela a todos aqueles que não se queiram demitir do seu papel de fiscalização da Câmara Municipal que também o façam porque essa é a única maneira que têm de fazer aqui hoje, ainda que aprovelem o saldo, o saldo pode ser e na revisão tem que se votar contra porque se não se votar contra não há aquilo que tinha que haver que é a negociação do executivo com os diferentes partidos políticos, chegar a consensos, dialogar, é aquilo que se deve fazer em democracia, isso não vai haver porque já foi tudo tratado antes, e foi tudo tratado entre o PCP e o Henrique Freire. Não é isto a democracia! Isto é uma irregularidade, e o Sr. Presidente da Câmara, na verdade, por não termos estado todos habilitados a conseguir fazer esta leitura, é isto que devia ter explicado. Devia ter explicado, a revisão tem que vir à Assembleia, a modificação é tratada na Câmara, a partir de hoje não preciso mais de vocês nem sequer preciso do orçamento aprovado em 2023.”

Armando Farias da CDU disse: “Na reunião da comissão permanente, falou-se desta matéria e eu tinha ficado com a ideia que os pedidos de esclarecimentos foram pedidos ao Sr. Presidente e fo-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

ram dados, foram claros e não suscitavam dúvida nenhuma, mas pelos vistos suscitam. Em relação à questão do saldo de gerência, a Câmara previne-se e muito bem, recentemente, tivemos o Covid em que a Câmara suportou encargos que competiam ao Governo e que não regularizou totalmente. Mais recente ainda, as intempéries, a Câmara teve que fazer face a despesas e as contas para acertar com o Governo são depois difíceis de acertar. Há dívidas do Estado à Câmara que levam um ano até serem regularizadas e algumas não são regularizadas. E depois podíamos ir para outros campos, por exemplo, as verbas do PRR, as Câmaras pagam o IVA e, portanto, do lado do Governo há os programas que as autarquias recorrem, mas o IVA fica lá, no Estado. E podíamos ir por aí fora, a questão de prevenir um saldo de gerência a que se pode a todo o momento recorrer, socorrer eventualidades, isso é perfeitamente plausível e acho que toda a gente percebe isso, não é? Fiquei com a ideia que os eleitos do PS também tinham percebido isso quando foi discutida esta matéria. Quanto ao resto, então mas vamos lá ver, quando a população sufragou mais de uma vez a gestão da CDU não tem que ver, não tem que olhar para aquilo que foi realizado no seu mandato? Não foi ver o número de equipamentos que foram feitos relativamente a equipamentos sociais de saúde, cresce, escolas, etc., etc., etc. A comunicação social não faz sondagens de quais os melhores concelhos, com melhor qualidade de vida? E que está muita gente a vir para o Concelho e depois levantam aqui problemas, não é? Muita gente a vir para o Concelho porque reconhece aqui o bom viver, há qualidade de vida e tudo isso, e então isso porquê? E isso porque é uma boa gestão da Câmara, e é isso que vocês não querem discutir. O problema é esse! É que vocês pegam ali no orçamento, vêm lá qualquer coisinha e pegam naquilo e fazem então um discurso retórico de tal, e isso não vale nada. O que vocês querem fugir é, qual é aquilo que a obra tem a sido feita pelo Concelho do Seixal, por este Executivo da CDU? É enorme. E vai continuar a ser assim por muito que custe aos eleitos do PS, vai continuar a ser assim por muitas dificuldades que vocês queiram criar, o projeto autárquico da CDU, que é um projeto autárquico para as cooperações, para as pessoas, para as famílias vai continuar a ser assim, e é isto que a vocês vos dói, porque não têm alternativa.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra, Sérgio Ramalhete.”

Sérgio Ramalhete do PS disse: “Eu acho interessante vir do senhor diretamente aqui falar, mas mais no saldo de gerência, 2018, 18 milhões de euros, 2019, 19, 2020, 20 milhões de euros, 2021, 18 milhões de euros, são quatro anos seguidos de saldo para fazer, e muito mais para trás. Quer dizer, não estamos a falar de 5 ou 6 milhões de euros, estamos a falar em 20 milhões de euros, isso é evidente que não há obra feita. Não há obra feita! Andaram a arrastar durante anos aquilo que tinha que ser feito, e virem falar que isto é uma almofada financeira não, vocês não aproveitaram o saldo de gerência para não fazer aquilo que deveriam ter feito entretanto e este ano também não vão fazer, porque a promessa já vai há muitos anos.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Vamos lá ver, eu gostava que o Sr. eleito Sérgio Ramalhete dissesse onde é que em 2022 se pagou 18 milhões de euros em juros, isso é mentira. Diga-me nas contas da Câmara onde é que isso está, isso é que conta, Sr. eleito. Você devia saber o que é que está aqui a fazer!”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Samuel Cruz do PS disse: “Sr. Presidente, o Sr. Presidente da Câmara não pode sistematicamente em todas as intervenções invetivar diretamente os eleitos sem esperar que eles lhe respondam. Há maneiras de fazer o discurso político, sem personalizar, sem dizer o nome das pessoas, sem invetivar diretamente.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “A chamada de atenção é para todos os eleitos que estão nesta Assembleia Municipal. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “A Câmara presta contas e os documentos de prestação de contas apresentados pela Câmara são os documentos oficiais e são esses, que os Srs. eleitos têm que ter em consideração nas vossas intervenções. Se a revista A ou a revista B, ou a revista C diz alguma outra coisa, isso não é documento oficial. Ainda no outro dia um jornal dizia que o Seixal tinha aumentado a taxa de IMI quando nós reduzimos, e não foi um, foram dois ou três, inclusive uma televisão. E vocês sabem disto, que nós reduzimos a taxa de IMI, e é por isso que os Srs. eleitos têm que saber quais são os documentos que devem utilizar para as suas intervenções. Não é o que leem nos jornais, não é o que veem nas suas redes sociais, são aqueles documentos apresentados aqui na Câmara porque são esses, sim, que contam. E em termos de documentos apresentados aqui na Câmara, documentos oficiais, é mentira que a Câmara tenha pago 18 milhões de juros em 2022, assim como também, eu não sei onde é que o eleito foi buscar os 27 milhões de euros que nós gastámos. O saldo é 21, entre os 21 para os 27 são 6 milhões. Pronto, é uma diferença! Não, portanto, foram 21 e é isso que aqui está, 21.768.750,89 euros. Agora, a título de exemplo, a Câmara de Almada em 2020 teve um saldo de gerência de 44 milhões e em 2021, 41 milhões, portanto, são saldos de gerência completamente diferentes. Está bem, portanto, o que aqui existe, há uma grande capacidade de investimento e vê-se pelas obras realizadas e consequentemente o investimento é feito. Agora, o que nós podemos fazer como habilidade era deixar estar o orçamento que está em vigor, tinham um saldo de gerência até 300 e tal mil euros superior, mas nós não, gostamos das contas certas. E por isso, estamos aqui a fazer esta correção, podíamos deixar estar e tínhamos até mais 300.000 euros em orçamento relativamente ao saldo de gerência, mas não estávamos a fazer as contas certas e isso não é a nossa maneira de trabalhar. Concordo com uma coisa que disse o Sr. eleito Sérgio Ramalhete, quem quiser ter uma boa noite de sono pode ler este orçamento porque se o souber ler, tem a certeza que as contas da Câmara estão em boas mãos e que se fazem aqui contas certas. E aí pode dormir descansado e não terá pesadelos. É esta a nossa maneira de trabalhar, é esta a nossa maneira de estar na vida, é isto que a população do Concelho do Seixal nos reconhece. É claro que quem não muda, como disse, são extremamente sábios ou são extremamente estúpidos. A população do Concelho do Seixal tem escolhido quem são os sábios e quem os não são, e por isso decide que quem gere a sua Câmara Municipal é quem ela acha que são os sábios. E sobre a questão da demonstração do desempenho orçamental, penso ter esclarecido os Srs. eleitos, sendo certo que é verdade e está depois intimamente relacionado com o ponto seguinte em que estamos a fazer a revisão para pormos verbas que são necessárias para vários projetos nomeadamente a nível do PRR, apoio de transação



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

climático e reabilitação de espaços verdes, candidatura aprovada, não tem verba orçamental, tem que ser criada. E se não for criada, qual é a consequência? Chumbo da candidatura. Não podemos utilizar, não temos verba orçamental, é isso que os Srs. eleitos vão ter aqui que decidir. Construção de unidade de saúde dos Foros de Amora, há um protocolo assinado pelo Governo para a construção, senão houver revisão orçamental não temos orçamento, vários comerciais digitais, está uma candidatura em curso em fase avançada para ser aprovada para apoio ao nosso comércio local, e se não tivermos orçamento de revisão aprovado não poderá avançar. Mais, trabalhadores para as escolas, já se aprovou aqui assim a alteração ao mapa de pessoal, e importa agora fazer dotação orçamental para esse, e se a revisão orçamental não for aprovada, consequências: não podemos cumprir o rácio de trabalhadores das escolas. É isto que está assim em causa e que é bom que os Srs. eleitos tenham em consideração. A estratégia do Partido Socialista penso que já todos devem ter visto, paralisação do Concelho, é este o seu único objetivo, mas esses objetivos não vão conseguir porque nós estamos aqui assim a trabalhar em prol deste Concelho e a população reconhece.”

Sérgio Ramalhete do PS disse: “Bem, Sr. Presidente eu não sei, mas eu aconselharia o otorrino porque o que eu disse foi que os juros pagos entre 2010 e 2021 foram de 18.2 milhões de euros durante onze anos. Foi o que eu disse.”

Aprovada a Deliberação nº 08/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Dezassete (17) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 15
- Do grupo municipal do BE: 2

Doze (12) votos contra do grupo municipal do PS

Sete (7) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

III.8. 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o numero 15)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passemos para o ponto seguinte que é a Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Portanto, já falei sobre esta revisão às grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2023, portanto, em consequência da não aprovação do orçamento da Câmara para 2023, mantém-se em vigor o orçamento que estava em vigor a 31 de dezembro de 2022, e entendemos que tem que haver aqui algumas correções e por isso a questão da revisão apresentada. O orçamento de 2022 tinha um saldo de gerência incorporado de 22.132.049,73 euros, o saldo de execução orçamental de 2022 foi inferior em cerca de 300.000 euros, 21.768.705,89 euros, portanto, tem que se fazer aqui este, este acerto. Por outro lado, em termos de orçamento de Estado, o orçamento de Estado de 2022 pressupunha uma transferência para a Câmara Municipal de 20.027.720 euros, o orçamento de Estado de 2023 mete um valor transferido para a Câmara Municipal de 21.761,254 euros, portanto, este acerto também tem que ser feito. Depois, tem que se proceder ao reforço da rubrica para pagamento de vencimentos porquanto o orçamento de 2022 no que concerne aos funcionários das escolas não tinha em consideração duas condições essenciais. Primeiro, o reforço do número de funcionários em consequência da aprovação de rácios após a negociação que houve entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios, houve aprovação de rácios para as escolas que leva a contratação de mais funcionários para que se conseguir cumprir os rácios, já foi aprovado no mapa de pessoal esse aumento de número, agora tem que se fazer a cabimentação da despesa para se poder finalizar o processo de contratação e estes funcionários irem para as escolas. Por outro lado, e relativamente ao pessoal das escolas, o orçamento de 2022 apenas estipulava o pagamento de 11 meses de ordenado porque começou em abril de 2022, portanto, no primeiro trimestre não havia verba para pagar aos funcionários das escolas. Temos que fazer esse reforço para pagamento aos funcionários das escolas. Depois, há uma série de programas relativamente a candidaturas de âmbito PRR, que eu há bocado disse, o apoio à transição climática, o plano, o hidrogénio renovável, os dados comerciais digitais, a construção de unidade de saúde dos Foros de Amora, e ainda acessibilidades que temos que criar, são rubricas que depois serão reforçadas com o dinheiro das candidaturas, mas têm que existir, sob pena de não podermos receber o dinheiro das candidaturas e perdermos essa oportunidade para o Concelho do Seixal. Portanto, é esta situação que leva a esta revisão orçamental.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções sobre este ponto, Samuel Cruz, Armando Farias e Sérgio Ramalhete.”

Samuel Cruz do PS disse: “Sr. Presidente da Câmara até pensava que era mesmo para fazer aquilo tudo, e eu agora vou-vos dar aqui os números lidos até ao fim, ou seja, então estamos a fazer uma revisão orçamental, temos aqui uma coisa importante, vamos fazer estes projetos todos com este dinheiro, é isso que é este documento, não é? Vamos fazer este projeto com este dinheiro? Bem, a primeira coisa é o que se costuma dizer de jobs for the boys, bem, até há alguma participação nisso, estudos, pareceres, propostas e consultorias, estamos a inscrever 100 euros. É só uma consulta de um médico ou de um advogado. 100 euros para uma Câmara Municipal, nessa matéria, enfim, mas aqui a senhora vereadora vai ter um desafio verdadeiramente, vai ter que



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

fazer skates parques em todas as Freguesias com 100 euros. É, de facto, uma coisa também relevante, não é? É interessante como é que isso vai ser feito! Se compararmos os skates de muito má qualidade, um para cada Freguesia, diz que olha, agora tem as ruas para andar e são todas vossas, eventualmente conseguem cumprir aqui a sua rubrica. Olhe, falou-se em Seixal Criativo, que mesmo sendo pedido o valor de 50.000 euros nessa verificação, coitados, só têm 300 euros, não é? E mais, depois há aquelas coisas que a gente nunca sabe muito bem o que são, mas dão para tudo, aquisição de bens, 100 euros, aquisição de serviços 100 euros, participação financeira 100 euros. Requalificação dos equipamentos desportivos, menos, e os Srs. Presidentes das Juntas têm equipamentos desportivos que precisam ser requalificados nas nossas Freguesias, não têm? Menos 100, 1000, esta é a única rubrica que tem o 1000 à frente, é menos 100.000 euros a requalificação dos equipamentos desportivos. Bem, não é o único, está aqui indicado que não é, senhora vereadora mais uma vez tem um desafio, aqui nas atividades culturais também leva mais de 100.000 euros, 100.843 euros. E depois a famosa hipocrisia, é importante, de facto, e tem que se inscrever aquilo que vem na descentralização de ação social, não é? Porque escrever aqui a rubrica, porque é preciso fazer isto tudo, 5.000 euros? Não, estão feitas mal as contas, Sr. Presidente? A descentralização de ação social, aquilo que o Governo vai dar à Câmara são 5.000 euros? Pois não, não são. O que está aqui em causa não é aquilo que nos apresentam, o que está aqui em causa é que nós nunca mais nos voltemos a pronunciar sobre o orçamento, e para verem como o Partido Socialista é sério nesta matéria. O Partido Socialista na Câmara não votou contra, e o Partido Socialista não votou contra na Câmara porque na Câmara este documento vai ter que continuar a ir lá para ser alterado, e os eleitos do Partido Socialista, vão continuar a ter oportunidade de dizer aquilo que pensam sobre este orçamento, sobre este documento, mas nós não. Nós se aprovarmos este documento nunca mais vamos ter a capacidade de dizer aquilo que pensamos que deve ser feito no Concelho do Seixal e com que valor é que deve ser feito e, portanto, abstermo-nos ou votarmos a favor estamos a aceitar. Tudo isto se vai fazer com 100 ou 300 euros, o Seixal Criativo que é um, é bem querido e tem sempre direito a um bocadinho mais que os outros, e estamos também a aceitar que naquilo que é verdadeiramente importante, aquilo que valia dinheiro anteriormente, vai deixar de ter, que são os menos 100.000 euros na qualificação dos equipamentos desportivos ou os eventos culturais. Mas também estamos a aceitar porque há uma certa tecnicidade nestes documentos, então estão a dizer, é preciso inscrever verba para a descentralização de ação social, e nós abtemo-nos ou fazemos o favor de dizer sim, aceitamos que a descentralização de ação social no substancial vai ser feito com 5.000 euros. Não vai, estão-nos a enganar e por isso é que o Partido Socialista diz que vota contra.”

Armando Farias da CDU disse: “Estava a hesitar se vinha ou não porque isto, de facto, já foi discutido e sobejamente discutido nesta Assembleia. Estava a ouvir o eleito Samuel Cruz e até me parecia que estava a ouvir um especialista em falências, ou coisa assim do género. Mas, vamos lá ver, a Câmara vai executar o seu programa, não tenha dúvidas sobre isso, o seu projeto é tático, mais uma vez, para repetir que é para as populações, que é para as famílias, é para os equipamentos e os Srs. por muito esforço que façam para querer impedir este desenvolvimento no Concelho, não



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

vão consegui-lo e isso é claro. Agora há aqui uma questão é que a forma como os Srs. estão a colocar isto, e a ouvir o Sr. Presidente, estão-se a esquecer que com as vossas posições colocam em perigo o desenvolvimento de certas atividades, mas não só, incluindo pagamentos a trabalhadores. E essa responsabilidade, o apelo que vocês estão aqui a fazer, essa responsabilidade vocês têm que assumi-la.”

Samuel Cruz do PS disse: “Ora vamos lá ver, dois desafios, o primeiro é, vêm aqui dizer aí qual é o valor que está inscrito para pagar aos trabalhadores, que é necessário para pagar aos trabalhadores, está bem? Mas debitaram depois, disseram que eram pareceres, e vêm aqui dizer qual é o valor. Primeira coisa! Segunda, o Partido Socialista também está preocupado com isso, o Partido Socialista não pode é em nome disso fazer passar tudo o resto. Se nos trouxerem uma revisão orçamental só para esse assunto, se for necessário e vamos reconhecer se é necessário ou não, o Partido Socialista não tem essa evidência de que seja necessário até ver, nós votaremos a favor, mas é só isso. Os trabalhadores sempre em primeiro lugar, tragam a revisão para isso e será votada a favor, se for necessário. Mas já agora, têm a certeza, nesse documento, no documento que estamos aqui a discutir quanto é que está inscrito para os trabalhadores?”

Sérgio Ramalhete do PS disse: “O que de facto esta revisão orçamental tem é que não tem nada de sério, porque se tivesse alguma coisa de sério teria que ser discutida com os outros partidos.”

Rui Pereira do PS disse: “A seguir vamos votar na ajuda para Fernão Ferro, mas queria só esclarecer que estes 30.000 euros têm a ver sim, como o senhor sabe, e todo o executivo sabe, foi no âmbito da negociação das competências, como nós na Freguesia de Fernão Ferro queríamos mais competências e a Câmara nunca cedeu em momento algum, então para fecharmos o acordo, como todos devemos recordar, como falámos aqui na altura, este Executivo da Freguesia de Fernão Ferro aceitou a aceitar uma verba de 15.000 euros/ano, portanto, nos quatro anos de mandato, para se fazerem obras de investimento, para se recuperar o espaço da Freguesia. Portanto, estes 30.000 euros que vêm cá hoje, a aprovação é o acordo de 2022/2023 que nada tem a ver com isto, Sr. Presidente. Portanto, era só isso que queria esclarecer, ou seja, não são coisas comparáveis, é, de facto, para a recuperação de equipamento desportivo, uma necessidade da Freguesia que foi identificada pela junta, mas nada tem a ver com isto. Faz parte de um outro acordo que foi assumido entre os dois executivos, Freguesia de Fernão Ferro e a Câmara Municipal.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “A questão da requalificação dos equipamentos desportivos, penso que o eleito Samuel Cruz devia perguntar ao seu colega do lado, ao Sr. Presidente da junta de Freguesia de Fernão Ferro e viu que ele solicitou um apoio de 30.000 euros para a requalificação do skate park e já foi aprovado em reunião de Câmara. Portanto, essa de que não há dinheiro para a requalificação de equipamentos desportivos, ele existe e quando é necessário ele aparece. É que temos de momento, só para também ter uma noção o Sr. eleito



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Samuel Cruz, 7 milhões, cerca de 7 milhões de euros, que o IHRU nos está a dever relativamente à compra de casas para realojamento e que estamos a contar que venha esse dinheiro rapidamente para depois reforçar algumas das outras rubricas para termos a capacidade de investimento. Para dar resposta tinha que fazer menção a esta situação de tirarmos de um lado para metermos noutra, e nomeadamente aqui com a questão de compra de casa que está a ser um investimento muito grande que estamos a fazer porque também achamos que é primordial fazermos aquele realojamento daquelas famílias e estamos a trabalhar para isso. Portanto, tudo é claro, tudo é transparente, e não temos aqui nada para esconder. O que queremos é o desenvolvimento do Concelho do Seixal, é isso que estamos a fazer aqui com a revisão orçamental, abrimos rubricas porque depois a questão dos dados comerciais digitais vai ser reforçado com o dinheiro da candidatura, mas temos que ter aqui assim uma rubrica aberta para depois introduzirmos a candidatura. O apoio à transição climática, temos uma candidatura aprovada que já estamos até a executar, mas precisamos de abrir rubrica para podermos pedir o pagamento da primeira tranche, portanto, são situações que acontecem e que temos que ter as rubricas abertas. E é isso, é assim que nós pretendemos, é conseguirmos que este Concelho não pare, conseguirmos continuar a fazer a execução e a dinâmica que temos tido aproveitando a questão do PRR, para depois o reforço de rubricas que depois irão ser as outras rubricas aqui assim reforçadas com este dinheiro que foi adiantado pela Câmara que de momento não temos, mas que segundo informações deve estar a ser pago pelo IHRU porque já está tudo aprovado e não queremos que o Partido Socialista venha aqui dizer que a gente não deve acreditar no IHRU, que ele se calhar até vão dar outro lote e não nos vão pagar. É isso que nos estão a querer dizer com a questão, estão assim a colocar nas reservas que estão a apresentar. Quanto a, portanto, já explicámos, abrir rubricas que depois serão reforçadas para com dinheiro que temos a receber que é propriedade do município e que se não for aprovada esta revisão, não tenho dúvidas nenhuma que o município vai ser prejudicado em muitos milhões de euros, e a responsabilidade será dos eleitos do Partido Socialista e quem estiver ao lado deles e não aprovar esta revisão orçamental.”

Rejeitada a Deliberação nº 09/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Quinze (15) votos a favor do grupo municipal da CDU: 15

Dezasseis (16) votos contra dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1

Cinco (5) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto, Samuel Cruz e Armando Farias.”

Samuel Cruz do PS disse: “A declaração de voto do Partido Socialista divide-se em duas partes, a primeira é para dizer que nada está em perigo, o Sr. Presidente marca uma Assembleia Municipal diz-nos para que é que é a revisão, em que rubrica é que vai inscrever as verbas e nós aceitamos ou rejeitamos, é tão simples quanto isso. Mas eu confesso, o Partido Socialista nesta intervenção em particular fez uma malandrice, fez uma malandrice para perceber quem é que fala a verdade e quem é que fala mentira, e a mentira que eu fiz foi de não dizer que já sabia qual era o reforço dos trabalhadores, e o reforço dos trabalhadores, Sr. Presidente da Câmara são menos 176.798 euros, Srs. Eleitos desafio-vos a irem às duas últimas páginas do documento que vos foi distribuído, logo no início têm despesas com a Câmara Municipal, despesas com pessoal, e depois têm uma coisa que eu não consigo perceber, deve ser para baralhar mais, assim, reforço 400.000 euros, anulação 577.000 euros, ou seja, entre o reforço e a anulação são menos 177.000 euros. Portanto, Sr. Presidente, eu quero que me explique, e em especial à Assembleia, a dizer que com esta revisão orçamental, em particular, está em causa o pagamento aos trabalhadores, como é que vocês iam pagar menos aos trabalhadores se neste documento estão a tirar a estas verbas 176.798 euros. Assim, de facto, é difícil entendermo-nos. Os Srs. têm obrigação de falar a verdade, têm obrigação de explicar-nos os elementos que aqui trazem com veracidade, não é com enganos. Estão a tirar dinheiro aos trabalhadores, e é por isso que o Partido Socialista vota contra.”

Armando Farias da CDU disse: “ Só para dizer, Sr. Presidente, que iremos apresentar declaração de voto nos termos regimentais.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto seguinte, aqui o 9º, resolução do acordo de colaboração, relação do acordo de colaboração. Faça favor, Sr. Presidente.

III.9. “Vale de Chicharos”, freguesia de Amora – Resolução do “Acordo de Colaboração” celebrado com a Urbangol Limited em 26 de abril de 2004 – Revogação do Plano de Pormenor de Vale de Chicharos publicado na 2ª série do Diário da República nº 65, de 2 de abril de 2009 – Aprovação.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal da CDU disse: “Portanto, houve o acordo de colaboração e um plano de pormenor relativamente a Vale de Chicharos que pressupunha que o proprietário dos terrenos tivesse uma majoração na construção e uma isenção de taxas para efeitos de realojamento das famílias que lá estavam. Portanto, ele não cumpriu o plano, não fez o realojamento. Está agora a ser feito, no âmbito da parceria feita entre a Câmara Municipal do Seixal, a Secretaria de Estado



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

da Habitação, atual Ministério da Habitação e o IRHU e, conseqüentemente, entendemos que não tendo ele cumprido com as obrigações que tinha assumido relativamente ao realojamento, não se pode manter este plano de pormenor nem o acordo de colaboração, houve um incumprimento da parte dele. E, conseqüentemente, trazemos aqui assim esta proposta de revogação do plano de pormenor de Vale de Chícharos e o acordo de colaboração.”

(Documento anexo à Ata com o numero 16)

Aprovada a Deliberação nº 10/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Trinta e dois (32) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 15
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Três (3) votos contra do grupo municipal do PSD

Uma (1) abstenção do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto seguinte, ponto décimo, mapa de pessoal segunda alteração.”

III.10. Mapa de pessoal. 2ª alteração. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o numero 17)

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Esta alteração do mapa de pessoal tem a ver com a criação de 3 gabinetes de terceiro grau, portanto, e tem que se criar as respetivas chefias no mapa de pessoal, bem como a contratação de pessoal para as escolas do 2.º, 3.º ciclo e Secundário, no âmbito da alteração da transferência de competências.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções em relação a este ponto, Mário Macedo, Rui Pereira e Samuel Cruz.”

Mário Macedo do BE disse: “Nós sempre afirmámos, aqui nesta Assembleia, que existia uma enorme carência de pessoal auxiliar nas escolas. Era mais que notório a sua falta. Ao contrário de outros tempos, pelos vistos, a educação deixou de ser uma paixão do Governo. Os professores são relegados para segundo plano e os auxiliares são ausentes. As escolas precisam de autonomia e paz



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

social. Muito saudamos a contratação destes 30 trabalhadores, que muita falta fazem. Esperamos que sejam bem integrados e formados para conseguirem alcançar todo o seu potencial e desempenhar a sua importante função que as crianças e os jovens bem necessitam. A Câmara também pretende criar 3 postos de coordenador, mas nenhum na área da Educação. Com o enorme aumento de responsabilidades neste setor, se só há orçamento para 3 gabinetes, seria prioritário criar nesta área em vez de outras. Ficamos preocupados com a organização e articulação que futuramente será desempenhada neste setor. E sobre a educação, há muito mais que podemos acrescentar. Mesmo o transporte escolar é um dos principais motivos dos problemas da mobilidade neste Concelho, a alimentação, como os lanches. Nós, ainda na última sessão, propusemos um programa de fruta escolar para as nossas escolas, ou como os almoços, que nós também sempre defendemos aqui nesta Assembleia que o serviço seja internalizado em vez de ser externalizado, de forma a aumentar a qualidade das refeições servidas às nossas crianças e investir na economia local. Nós não esquecemos as necessidades das novas infraestruturas, e não embarcando em guerrilhas partidárias. O PS, por exemplo, recentemente, anuncia uma campanha por uma escola primária em Fernão Ferro, esquecendo que também faz imensa falta uma escola secundária. Mas como esta é de responsabilidade do Governo de maioria absoluta, já não vale a pena fazer esta campanha. Nós queremos o melhor para a nossa população. Fizemos creches, escolas básicas e secundárias e não esquecíamos a promessa do polo universitário há anos prometido e há anos adiado. Nós apelamos para que o executivo não se deslumbre, há o risco de ficar perdido e descoordenado neste setor. As prioridades devem ser claramente esclarecidas e as ações tomadas em independência. Não transformem cada escola num mundo isolado, é preciso criar uma rede de escolas e pessoas que colaborem juntas por um futuro melhor para as crianças do nosso Concelho. E também aproveitar também esta oportunidade para uma nota final, que deve ser a décima vez que nós referimos isto nesta Assembleia ou em reuniões de líderes. A forma como os documentos são apresentados, por várias vezes, nós solicitámos para que os documentos sejam carregados sob a forma de PDF e não sob a forma de imagem. Por várias vezes, explicámos que facilita a leitura e a compreensão dos documentos e a análise. Mas, ao fim de 20 meses, continuamos a ter os ficheiros com a forma de longas imagens. Qual era o motivo desta opção? Porque é que continuam a dificultar o nosso trabalho?.”

Rui Pereira do PS disse: “Bem, Mário, duas correções: não é o PS que está a exigir a escola de Fernão Ferro, é a Junta de Freguesia de Fernão Ferro juntamente com a Câmara Municipal do Seixal, inclusive, quando marcámos a ação de recolha de assinaturas junto à população, seja o que for que queira chamar, tive o cuidado de, previamente, falar com a Sra. Vereadora da Educação. Só depois de os dois acordarmos uma data, é que esta data foi tornada pública. Convido todos os presentes desta Assembleia também a dar o seu contributo com as suas assinaturas, para a construção. É a escola que há muito é reivindicada por Fernão Ferro, e também pela Câmara do Seixal, uma escola 2+3, em Fernão Ferro. É algo de que precisamos há muitos anos. Portanto, esta é uma correção. A correção a seguir é que não é o PS que está a pedir, e não é por o Governo ser PS, ou seja do que for, nós, executivo da Freguesia de Fernão Ferro, estamos cá para o melhor da população da nossa



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Freguesia, independentemente de quem quer que seja. Pedimos a Escola Primária em Fernão Ferro, mais uma que faz muita falta, e a escola secundária faz mais falta ainda. E, portanto, independentemente de o Governo ser PS, PSD, CDU, fosse o que fosse, nós estaremos sempre na primeira linha a exigir a escola.”

Samuel Cruz do PS disse: “Sr. Presidente da Câmara, vinha aqui perguntar se posso dar os parabéns ao António Santos, antigo Presidente da Junta de Freguesia do Seixal, que é coordenador daquele satélite do PCP, que é o conceito para a paz e cooperação. E agora, foi criado aqui o Gabinete para a Paz e Cooperação. Já posso dar os parabéns ao Toni, ou ainda não?”

Mário Macedo do BE disse: “Bem, eu não tenho problemas em admitir quando erro. Realmente, estive a verificar e o Sr. eleito Presidente da Junta de Freguesia de Fernão Ferro tem razão. Realmente, o abaixo-assinado é para uma escola 2/3 e, por isso, eu reconheço que errei e saúdo o PS, por se juntar à luta do Bloco de Esquerda, na luta a pedir uma escola secundária para Fernão Ferro.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Sobre as questões que foram aqui colocadas, para nós, a Educação sempre foi uma prioridade e, conseqüentemente, estamos apostados numa escola pública de qualidade e estamos a trabalhar para ela. E vemos as instalações das escolas do 1.º ciclo e dos jardins de infância do Concelho, é que estão dependentes da Câmara há muitos anos e comparámos essas escolas com as escolas do 2.º e 3.º ciclo e Secundário, e vemos quem é que tem amor pela educação, quem é que tem uma escola pública de qualidade. O que está dependente do Governo está a cair aos bocados, não tem qualquer qualidade, o que demonstra uma grande falta de investimento que o PS tem feito nas escolas. Agora, quer passar para as câmaras, mas toda a gente sabe que a questão da requalificação... e está contextualizada com a Associação Nacional de Municípios: toda a requalificação das escolas é competência do Governo e esperamos que venha a haver verbas para a reconstrução das escolas. E aqui, no nosso Concelho, as 11 escolas do 2.º e 3.º ciclo e secundárias estão a precisar de obras urgentes de requalificação. No entanto, só seis estão no mapeamento para serem requalificadas, o que quer dizer que há 5 que continuam a não estar mapeadas. Continuam a haver escolas, se não forem todas requalificadas, que vão continuar a não ter pavilhão gimnodesportivo, o que é essencial; continuará a haver escolas sem condições no Concelho do Seixal, e isto é responsabilidade do Governo. Por último, dizer que o Mário não está equivoocado. O que se quer para Fernão Ferro, e que a Câmara Municipal defende é uma escola do 2.º e 3.º ciclo e Secundário. O que está na convocatória da Junta de Freguesia é apenas uma escola do 2.º e 3.º ciclo. Mas nós, Câmara Municipal, não iremos deixar cair o Secundário e estaremos ao lado da população a exigir a construção também... que a escola também seja secundária e também tenha essa valência, que é fundamental para a população. Uma última questão, na liga de provocações, a não-questão que o eleito Samuel Cruz veio aqui assim colocar, não lhe vou responder.”



Assembleia Municipal do Seixal
Ata nº 02/2023
1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Aprovada a Deliberação nº 11/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Dezanove (19) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 15
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Dezassete (17) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do CH: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto seguinte, que é o 11.º: Proposta de Prorrogação do prazo de assunção da Descentralização de Competências no domínio da Área Social.”

III.11. Proposta de prorrogação do prazo para assunção da descentralização de competências no domínio da área social do Município do Seixal para o dia 3.04.2023, conforme Acordo Setorial de Compromisso entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o numero 18)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “É uma proposta para a prorrogação do prazo de assunção da descentralização destas competências na área social. Aqui, na área social, é um processo demasiado complexo, para se aferir... portanto, o que pretende o Governo passar para as autarquias, é principalmente as competências relativas ao RSI e ao SAS, portanto, os apoios pontuais a famílias necessitadas. No Concelho do Seixal, estas competências já estavam descentralizadas. Portanto, a Segurança Social tinha contratualizado a execução destas competências a uma série de instituições do Concelho, o KAPA, a CRIAR-T Santa Casa da Misericórdia do Concelho do Seixal e Centro de Assistência Paroquial de Arrentela, Centro de Assistência Paroquial de Fernão Ferro. O que é que aqui vai... o que é que dizem? As competências agora vão para as Câmaras Municipais, mas mantêm os acordos que estão com as instituições, senão isso é o fim das instituições. Portanto,



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

isto demonstra perfeitamente que esta descentralização não tem qualquer sentido, era aquilo que estava a ser feito por duas instituições, Segurança Social e instituições que estavam no terreno. Passa agora a ser feito por três, sendo que a Câmara Municipal do Seixal, o que é que faz? Portanto, teoricamente, o Governo mandará o dinheiro para nós depois entregarmos às associações, quando, antigamente, se fazia diretamente, Segurança Social e instituições. Agora, na Educação, já vimos que não está a ser cumprido, que havia verbas que eram para ser transferidas, e que a 31 de dezembro não foram, mas a Câmara já entregou às escolas. Isto vai acontecer também na Segurança Social, nesta matéria quase de certeza que também vão arranjar, mas nós depois iremos contratualizar com as instituições, no pressuposto que vamos receber da Segurança Social para lhes entregar, e depois não vamos receber, mas vamos ter o compromisso de as entregar com as instituições. É isto que irá acontecer. Portanto, ainda estamos agora a fazer este trabalho com as instituições e o que se pressupõe é o adiamento para dia 03 de abril da aquisição das competências, sempre, enquanto não houver outro adiamento.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções sobre este ponto, Fernando Sousa.”

Fernando Sousa da CDU disse: “Muito obrigado, Sr. Presidente. De facto, esta situação da descentralização de competências, nomeadamente na área social, é uma autêntica trapalhada. E a própria Segurança Social não consegue explicar aquilo que pretende fazer. Eu faço um cálculo com conhecimento de causa, como deve ser do conhecimento geral. Sou Presidente da União Distrital das IPSS de Setúbal, e sou também membro da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. Portanto, eu tenho conhecimento de causa daquilo que estou a dizer. Portanto, o que se passa, de facto, é que o negócio feito com a Segurança Social e com as instituições ainda estava muito aquém do pagamento verdadeiro daquilo que é o serviço que as instituições prestaram. Ou seja, havia instituições que recebiam, por exemplo, 50 técnicos, mas tinham 100 técnicos ao serviço. Os outros 50 eram pagos pela instituição. Ora bem, a Associação Nacional de Municípios em boa hora decidiu propor ao Governo o prolongamento, portanto, desta situação. Mas atenção, não é só no Concelho do Seixal que nós temos a preocupação deste prolongamento e que, se calhar, vai voltar a acontecer. É que houve, de facto, Concelhos deste país que olharam para a descentralização a nível da área social e entenderam ser mais um trabalho municipal. E contrataram instituições e pessoas fora das próprias instituições. Ou seja, há municípios neste país, e no distrito de Setúbal também acontece isso, porque há municípios no distrito de Setúbal que aceitaram já a descentralização nesta área e agora, estão aflitos, porque não sabem como é que hão de resolver a situação. Portanto, nós entendemos que a Câmara Municipal se deve bater por esta situação da descentralização de competências na área social e tentar sempre que haja mais esclarecimento e que haja mais disponibilidade. Posso acrescentar que no próximo mês vai haver uma reunião em Setúbal de cooperação. Ou seja, uma reunião em que participam todas as instituições representativas da cooperação, e onde este assunto, mais uma vez, vai ser colocado à Sra. Diretora do Centro Distrital da Segurança Social. E, mais uma vez, de certeza absoluta que não vamos ter resposta. Portanto, as instituições sociais concordam que o município possa contratualizar, porque entendemos que nin-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

guém melhor do que as instituições sociais conseguem gerir este projeto. Portanto... agora, tem que haver de facto é honestidade naquilo que se vai fazer. E não é aquilo que, em muitos municípios, estão a tentar municipalizar, portanto, esta situação. E esperemos que, no Concelho do Seixal, isso não aconteça, e temos a confiança que não vai acontecer. Portanto, iremos votar favoravelmente esta posição da Câmara Municipal, porque é aquilo que achamos que é necessário para repor a legalidade e repor a seriedade do projeto. E, acima de tudo, a seriedade. E também partilhamos a preocupação do Sr. Presidente, ao dizer que, de facto... tem, de facto, alguma preocupação de que o dinheiro não chegue às instituições, o que, portanto, não chegue à Câmara para pagar às instituições.”

Aprovada a Deliberação nº 12/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e sete (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 15
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Pontos 12, 13 e 14, que têm a ver com delegações ou transferência de competências para as Juntas de Freguesia.”

III.12. Protocolo de cooperação a celebrar entre o Município do Seixal e a União de Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires. Aprovação de minuta.

(Documento anexo à Ata com o numero 19)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Portanto, o ponto 12 tem a ver com o Protocolo de Cooperação entre o Município do Seixal e a União de Freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires. No início do ano letivo, houve necessidade de se fazer obras numa casa de banho de uma escola, criando até uma situação para um deficiente. A Junta de Freguesia avançou logo com a obra. Portanto, agora, é fazer-se o acordo para pagar essa obra. Depois, relativamente a Fernão Ferro, é a questão do skate park. Foi pedido o apoio da Câmara Municipal para requalificações e recuperação do skate park, no montante de 30.000 euros. E é isso que estamos a fazer. E o ponto 14 tem a



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

ver com a questão de ter sido construído o jardim de infância de Corroios. São mais salas, é mais área de logradouro. Portanto, houve um aumento das responsabilidades da Junta de Freguesia, que, desde logo, assumiu também a manutenção deste equipamento e tem agora que se fazer o necessário ajuste financeiro para se transferirem os meios financeiros para a Junta de Freguesia de Corroios.”

Aprovada a Deliberação nº 13/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 15
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

III.13. Delegação contratual de competências nas Juntas de Freguesia. Reforço dos meios financeiros do contrato interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de Fernão Ferro. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o numero 20)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não havendo intervenções, passamos à votação.”

Aprovada a Deliberação nº 14/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 15
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

III.14. Transferência de competências e de recursos do Município do Seixal para a Junta de Freguesia de Corroios. Reforço financeiro. Alteração à deliberação nº 58/2022-CMS, de 16 de fevereiro. Aprovação de minuta do auto de transferência.

(Documento anexo à Ata com o numero 21)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não havendo intervenções, passamos à votação.”

Aprovada a Deliberação nº 15/XIII/2022 por unanimidade e em minuta com:

Trinta e seis (36) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 15
- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do grupo municipal do CH: 1
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Passamos para o ponto 15 - Delegação de competências para os Agrupamentos de Escolas não-agrupadas.”

III.15. Delegação de Competências do Município do Seixal para os Agrupamentos de Escolas/ Escolas Não Agrupadas. Novos cabimentos. Aprovação.

(Documento anexo à Ata com o numero 22)

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Srs. Eleitos, à semelhança do que aconteceu o ano passado, vamos levar aqui assim a questão da transferência das competências que passaram para a Câmara Municipal através do processo de transferência de competências. São competências em matéria como a alimentação, transportes, manutenção das escolas, que já temos o acordo com os diretores de escolas, de delegarmos estas competências nos diretores de escola. Dizer que, em 2022, o Governo não transferiu para a Câmara Municipal a totalidade dos valores a que se tinha comprometido relativamente a estas matérias, mas a Câmara Municipal cumpriu com as escolas e transferiu a totalidade dos valores que tinha contratualizados com os mesmos. E estes acordos estão a ser feitos com base também, para transferirmos já, e se for hoje aqui aprovado, amanhã vai já o primeiro valor para as escolas que estão a fazer muita falta, e que os seus diretores estão amanhã à espera que o dinheiro lhes caia na conta, para poderem gerir as suas escolas.”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Intervenções sobre este ponto, Tomás Santos, Samuel Cruz.”

Tomás Santos do PS disse: “Sr. Presidente, tal como já dissemos o ano passado, o que, na verdade, está aqui em causa é a Câmara Municipal devolver algo que lhe foi dado e que a Câmara Municipal devia utilizar da melhor forma, para poder intervir no seu Concelho, e foi para isso que as competências se quiseram descentralizar. Com a agravante de sabermos que, em certos casos, como, por exemplo, casos como questões relacionadas com as AEC's, a Câmara Municipal não está a transferir para as entidades os valores atuais que devia transferir, ou seja, os valores que foram majorados para poderem corresponder aos valores atuais e, de facto, atualmente em 2023 a Câmara continua a dizer que não é esse o valor que tem que transferir, ficando com dinheiro que, na realidade, devia transferir para essas entidades, que é para isso que está lá o dinheiro. E este é o ponto com o qual eu terminava, que é: vocês... a responsabilidade agora é vossa, ou seja, não é para vocês delegarem nos diretores a responsabilidade, as competências... que a responsabilidade deixou de ser vossa, e o dinheiro é transferido para vocês. Portanto, é importante que cumpram também, neste caso, o princípio da legalidade, e não cometam ilegalidades financeiras.”

Samuel da Cruz do PS disse: “Completando o que disse o Tomás e muito bem, o que a Câmara está a fazer a descentralizar é complicado. Pois bem, o sistema que existia era: o Ministério da Educação delegava estas competências nos diretores de agrupamento. O que se pretendeu com a descentralização, foi delegar uma situação intermédia, que é a Câmara, que consegue ter escala e gerir tudo isto melhor, e fazer melhor esse trabalho. Esta é a lógica da descentralização de competências nesta matéria. O que é que a Câmara faz? Agarra no dinheiro, passa outra vez para os diretores de agrupamento. E em vez de resolver os problemas, que era aquilo que se pretendia, apenas cria entropia no processo. Mas isto corresponde àquilo que o Partido Socialista sempre tem dito, para a CDU, quando pior, melhor. Aquilo que puder estorvar, aquilo que puder complicar, aquilo que puder não resolver, estão sempre prontos. E estão cá, e estão a conseguir fazer. Mas mais, o Diretor Geral da Educação já demonstrou ao Sr. Presidente que está a trabalhar com os mapas de 2022 e não com os de 2023, e que tem mais 1 milhão de euros destes mapas do que tinha no ano transato e, portanto, aquilo que se está a passar com as AEC's é absolutamente inqualificável e corresponde exatamente à mesma estratégia que quanto pior, melhor. Há muitas crianças que estão sem ter AEC's no Concelho do Seixal, em especial a Terra de Larus, e porque está a trabalhar com os mapas errados, e já lhes explicaram isso, mas mantêm, porque querem, de facto, gerir esse descontentamento, porque o PCP alimenta-se eleitoralmente do descontentamento.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Com o tempo da CDU, vou intervir sobre este assunto porque não posso deixar passar isto em claro. O senhor Presidente da Câmara Municipal irá esclarecer em relação ao nosso município. Mas o que foi dito aqui nas duas intervenções anteriores não corresponde à realidade.

Samuel da Cruz do PS disse: “Na sua opinião...”



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não se trata de opinião, eu estou na comissão permanente do Fundo de Financiamento da Descentralização coordenada pela DGAL, com o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro a representar a Associação Nacional de Municípios portugueses aí. Conheço e acompanho em detalhe essa matéria e, portanto, o que foi dito não é verdade. No caso concreto da Câmara do Seixal, e está a acontecer um pouco por todo o país, a transferência de verbas por parte do Orçamento de Estado, do fundo de financiamento de descentralização é insuficiente em relação a várias rubricas, uma delas é relativa às AECs. Não estão a ser transferidas as dotações suficientes. É na Comissão permanente que são apreciadas as transferências de verbas e há em todo o país insuficiência de verbas na área da educação. Foi por isso que tive necessidade de fazer este esclarecimento. Aliás, a Associação Nacional dos Municípios tem colocado com insistência ao Governo, a situação de insuficiência das verbas transferidas para os municípios, portanto, a Câmara Municipal do Seixal não está em falta em coisa nenhuma. O Sr. Presidente explicará o nosso caso concreto, eu estou a dar uma informação de âmbito nacional. E uma segunda questão, o problema do circuito da transferência de verbas não é o que foi dito. O problema é que a transferência de verba do Governo na área da educação não pode ser utilizada pelos agrupamentos ou escolas não agrupadas sem a autorização do Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Educação.”

Tomás Santos do PS disse: “Não está bem informado. Não é verdade.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Não? Então, olhe, esclareça a DGAL. Este é o circuito, e o que diz o senhor diretor geral dos estabelecimentos escolares é de que ainda não há solução para isso, sendo necessário um despacho do Governo para resolver esta situação inconcebível, quando sendo da competência da Câmara a transferência financeira, tem que ser certificada pelo Instituto de Gestão Financeira”.

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Primeiro, eu não entendo como é que se transferem as competências das escolas para a Câmara quando nem sequer as chaves, nem projetos, nem nada, nos é entregue. Mas o que foi dito, transferimos o dinheiro para determinadas atividades, entre elas estava as questões das AECs e já lá vou. Portanto, isto não é a transferência de competências e que acabamos por não ter qualquer poder para exercer as mesmas, nomeadamente o poder ao fim de semana fazer qualquer intervenção nas escolas. E depois coloca questões que esta trapalhada que foi aqui feita como é agora a diretora das escolas dizer a funcionários da Câmara que têm que cumprir serviços mínimos, quando a Câmara Municipal não foi notificada por nenhuma entidade que os seus funcionários tinham que cumprir serviços mínimos. Isto é a trapalhada que o Governo faz. Uma trapalhada total. Perfeitamente ilegal e está a meter diretores a praticarem ilegalidades a dizerem a trabalhadores das Câmaras, da Câmara Municipal que têm que fazer serviços mínimos, nós não fomos notificados por tribunal nenhum sobre decisão de serviços nenhuns. Para os nossos trabalhadores terem que estar a ser obrigados, a ser ameaçados, não tanto, mas os diretores acabaram por reconhecer que não tinham conhecimentos quanto a isso, para estarem a ir requisitar os nossos trabalhadores. Agora quanto à questão dos AECs quero dizer o seguinte: o que a



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

Câmara Municipal do Seixal recebeu do Governo transferiu a mais, 100 mil euros para as AECs para as escolas do que aquilo que recebeu. O que o senhor diretor geral disse é que a Câmara iria receber mais dinheiro, mas até ao momento não pagou. E a Câmara transferiu mais do que aquilo que recebeu. E agora podíamos ter aqui para não termos reservas de 100 euros, podíamos ter mais algum, no nosso orçamento, mas o Governo é caloteiro, não transfere e nós foi mais de 100 mil euros. Se calhar são os 100 mil euros que estão no outro sítio, o Samuel Cruz fez tanta confusão. São estas situações de reservas que são da Câmara que estão a dever-nos e depois fazem falta noutro lado. Portanto, a questão das AECs é muito clara, pagámos a mais, 100 mil euros do que aquilo que recebemos, quando recebermos esses 100 mil euros e se vier mais alguma coisa, nós entregamos às escolas, aos diretores. Depois dizer que o que nós fazemos é, os Srs. diretores estão nas escolas são as pessoas melhor indicadas para gerir o dinheiro, são eles que estão habituados a gerir o dinheiro e entregamos aquilo que recebamos, entregamos a eles, tão simples quanto isso. Querem mais transferências? Não existem.”

Aprovada a Deliberação nº 16/XIII/2022 por maioria e em minuta com:

Vinte e três (23) votos a favor dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal da CDU: 15
- Do grupo municipal do PSD: 3
- Do grupo municipal do BE: 2
- Do Independente Henrique Rodrigues: 1
- Da Independente Soraia Rosário: 1
- Do grupo municipal do PAN: 1

Treze (13) abstenções dos seguintes eleitos:

- Do grupo municipal do PS: 12
- Do grupo municipal do CH: 1

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Declarações de voto, Tomás Santos.”

Tomás Santos do PS disse:” Há bocado nos 12 minutos não pude esclarecer, esclareço agora. Nada do que foi dito aqui pela Câmara Municipal está correto. Nada. A lei do Orçamento de Estado de 2023 tem um artigo que fala do Fundo de descentralização, nem é a DGAL, é o fundo de descentralização que transfere diretamente para as Câmaras. Já não vai ao IGF, ao Instituto de Gestão Financeira, isso já não acontece, se vocês não sabem evoluir a culpa não é do mundo nem da lei do Orçamento de Estado nem é do IGF nem é da DGAL nem é do fundo, é vossa. E os valores já estão majorados para o valor atual, não é o valor de 2018. Estou-lhe a dizer que a gente paga, a gente já transferiu o dinheiro. E é assim, a mim custa-me muito nós estarmos aqui a falar uns para um lado outros para o outro, o Diretor Regional não está aqui para dizer de sua justiça. Mas há uma coisa que eu posso dizer, eu ponho as minhas mãos no fogo pelo Diretor Regional como isso que estão a



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

dizer não é verdade e não é aquilo que anda a dizer. Ponho as minhas mãos no fogo. E depois, senhor Presidente o problema é mesmo esse não tem nada a ver com transparência, isso é da sua cabeça. O que tem a ver, e o eleito Samuel Cruz explicou e bem, tem a ver com os diretores já fazem muita coisa, já fazem demasiada coisa e fazem coisas que não deviam fazer, nomeadamente aquelas que você acabou de transferir para eles. Um diretor é para organizar a escola, é para organizar os professores, é para organizar os projetos educativos é para representar a escola. É o senhor Presidente que agora tem as competências que havia de ter a responsabilidade de organizar, de se preocupar com as AECs e o que é que o senhor Presidente da Câmara fez? O senhor Presidente de Câmara disse assim: “Eu quero mesmo é que isto corra mal. Portanto vou transferir para quem pediu para eu não ter as competências, é isso que o senhor Presidente da Câmara fez. E portanto, o seu Concelho vai estar pior vai continuar a estar pior, mas enfim é isso que você quer.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Defesa da honra, Sr. Presidente, faz favor.”

O Presidente da Câmara Municipal disse: “Se o Ministério da Educação queria que essas competências fossem exercidas diretamente pela Câmara tinha que pagar para nós contratarmos funcionários para fazer isto, e não o fez. Portanto, o modelo que estipulou é que isto era para continuar a ser feito pelos diretores das escolas, isto é tão simples quanto isso. E tem que se estar de boa-fé aqui a falar, não é vir aqui assim a fazer conversas que depois não correspondem nada à realidade. Tinham dito assim: a Câmara tem que ter um conjunto de funcionários, quantos é que são necessários para ser a Câmara a dirigir diretamente estas competências e isto tem um custo e transfere-se esse custo. Porque estes funcionários também existiam no Ministério da Educação. Existiam, agora o que vocês fizeram foi formação profissional? Zero. Horas extraordinárias? Zero. Custos administrativos? Zero. E até ao momento não querem pagar o valor que se comprometeram a pagar, nem isso pagaram. E já demonstrámos, e o senhor Diretor Regional o que disse, e se ele aqui estiver não me iria desmentir, é que irá ser transferido mais dinheiro para a Câmara por causa das AECs, porque ainda há valores que não foram transferidos, quando forem transferidos, nós pagamos. Mesmo assim já adiantámos 100 mil euros do que aquilo que recebemos e podíamos perfeitamente ter dito, como não recebemos não pagamos. Mas não, pagámos porque os diretores estavam a contar com o dinheiro. E no âmbito da cooperação que está... e agora também já combinámos com ele e já necessitaram de alguns adiantamentos para devolver em duodécimos e nós já estamos a fazer esse adiantamento porque quanto melhor, é o melhor que vai acontecer. É isso que nós aqui estamos a trabalhar. Agora, não pode ser é quererem empurrar o trabalho para a Câmara sem transferirem os meios, isso é que não é ser sério isso é a postura que Partido Socialista e o Governo têm estado a ter.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Desculpem lá, sem diálogo. Essa é uma questão para a próxima Assembleia Municipal em que iremos ser mais rigorosos porque na generalidade, os momentos hoje, da defesa da honra, declaração de voto e ponto de ordem foram verdadeiras intervenções. Vamos proceder à leitura da Ata em Minuta com este apontamento. Devido ao adiantado da hora foi colocada a questão de se prescindir da leitura, a Mesa não tem esse entendi-



Assembleia Municipal do Seixal

Ata nº 02/2023

1.ª Sessão Ordinária – 16 de fevereiro de 2023

mento e, portanto, independentemente de haver acordo nesse sentido por parte dos líderes e sugestões do Samuel Cruz e do Rui Belchior, iremos proceder à leitura da Ata, portanto, senhor Primeiro-secretário com o apoio do Segunda-secretária, tem a palavra.”.

Foi lida a ata em minuta e votada.

III.16. Minuta de Ata. Aprovação. Aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia Municipal disse: “Está aprovada a Ata em minuta. Boa noite para todos e bom fim de semana.”

Nada mais havendo a tratar, **O Presidente da Assembleia Municipal** deu os trabalhos por encerrados, agradecendo a presença do executivo municipal e dos membros deste Órgão.

A sessão terminou cerca das 01:47 horas do dia 17 de fevereiro.

Nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 45362 de 21 de Novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Decreto-Lei nº 334/82 de 19 de Agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovado nos termos e para efeitos do disposto no art.º 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação atualizada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e Secretários em exercício:

O Presidente da Assembleia Municipal:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: